

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: [www.au.int](http://www.au.int)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Quadragésima Sessão Ordinária**


**20 de Janeiro - 03 de Fevereiro de 2022**

**Adis Abeba, Etiópia**

**EX.CL/1325(XL)**

Original : Inglês

**50º E 51º RELATÓRIOS CONJUNTOS DE ACTIVIDADES  
DA COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS  
E DOS POVOS**

AFRICAN UNION		UNION AFRICAINE
<b>الاتحاد الأفريقي</b> <b>African Commission on Human &amp; Peoples' Rights</b>		<b>UNIÃO AFRICANA</b> <b>Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos</b>
No. 31 Bijilo Annex Lay-out, Kombo North District, Western Region, P. O. Box 673, Banjul, Banjul, Gâmbia Tel: (220) 441 05 05 / 441 05 06, Fax: (220) 441 05 04 Correio electrónico : <a href="mailto:au-banjul@africa-union.org">au-banjul@africa-union.org</a> ; Portal electrónico <a href="http://www.achpr.org">www.achpr.org</a>		

**50º E 51º RELATÓRIOS CONJUNTOS DE ACTIVIDADES  
DA COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS  
E DOS POVOS**

**Apresentados em Conformidade com o Artigo 54º da Carta Africana  
dos Direitos Humanos e dos Povos**

## I. RESUMO

1. O 50º e o 51º Relatórios Conjuntos de Actividades da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (a Comissão ou CADHP) são apresentados aos Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA) em conformidade com o artigo 54º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (a Carta Africana) e cobre o período que vai de **04 de Dezembro de 2020 a 5 de Dezembro de 2020**.

2. As actividades apresentadas neste Relatório, que a Comissão empreendeu durante o período em referência, visam a concretização das áreas prioritárias enunciadas no Plano Estratégico da Comissão para 2021-2025. Nesta conformidade, as reuniões estatutárias da Comissão destinaram-se a melhorar o cumprimento da justiça mediante o processamento de queixas sobre alegadas violações dos direitos humanos, por conseguinte reforçando a execução do mandato que lhe foi conferido, designadamente a protecção dos direitos humanos e dos povos. Isto é ainda reforçado pelas intervenções da Comissão em questões urgentes e prementes de direitos humanos com recurso a cartas de apelos urgentes, declarações à imprensa, resoluções e cartas de apreço.

3. As actividades empreendidas pelos Mecanismos Especiais da Comissão e a revisão dos relatórios dos Estados partes da Carta Africana sobre a aplicação dos direitos e liberdades consagrados neste instrumento, contribuíram para o reforço de infra-estruturas jurídicas e institucionais de âmbito nacional no que se refere à promoção e protecção de direitos a nível nacional através da adopção de novas leis, da revisão das leis existentes e da criação ou reorganização de instituições pertinentes em Estados partes. O Relatório trata ainda de questões orçamentais, de pessoal e, operacionais da Comissão e das recomendações por ela feitas quanto à situação dos direitos humanos no continente.

## II. CONTEXTO

4. A Comissão é um órgão independente, criado nos termos do artigo 30º da Carta Africana, tendo esta sido adoptada pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da Organização de Unidade Africana (OUA) em 1981. A Carta Africana foi ratificada por todos os Estados membros da UA, exceptuando-se o Reino de Marrocos que reintegrou a União em Janeiro de 2017. A Comissão tornou-se operacional em 1987, e a sua sede situa-se em Banjul, Gâmbia.

5. A Comissão é composta de onze (11) membros eleitos pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, desempenhando as suas funções a título individual e em regime eventual. Durante o período abrangido pelo Relatório, as Ilustres Comissárias **Kayitesi Zainabo Sylvie** e **Alexia Gertrude Amesbury** demitiram-se da Comissão, havendo ainda a registar o falecimento do Ilustre Comissário **Ndjamé Gaye**. Três novos membros foram eleitos, e um outro membro foi reconduzido no cargo. Presentemente, a Comissão funciona com dez (10) Comissários.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A lista da composição actual de Comissários está apenas ao presente Relatório sob a forma de Anexo 1.

6. O mandato da CADHP, tal como enunciado no artigo 45º da Carta Africana, visa:

- i. Promover os direitos humanos e dos povos, e em particular:
  - a) Proceder à recolha de documentos, efectuar estudos e pesquisas sobre problemas africanos no domínio dos direitos humanos e dos povos, organizar seminários, colóquios e conferências, disseminar informações, encorajar instituições nacionais e locais que se ocupam de questões relacionadas com direitos humanos e dos povos e, caso se afigure necessário, expor os seus pontos de vista ou fazer recomendações junto de governos;
  - b) Formular e enunciar, com vista a servir de base à adopção de textos legislativos pelos governos africanos, princípios e regras para resolução de problemas jurídicos inerentes ao usufruto dos direitos humanos e dos povos e das liberdades;
  - c) Cooperar com outras instituições africanas e internacionais interessadas na promoção e protecção dos direitos humanos e dos povos ;
- ii. Assegurar a protecção dos direitos humanos e dos povos no âmbito das condições estipuladas na Carta;
- iii. Interpretar as disposições da Carta a pedido de um Estado parte, de uma instituição da UA ou de uma organização africana reconhecida pela UA; e
- iv. Executar quaisquer outras tarefas que lhe possam ser confiadas pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo.

### **III. REUNIÕES DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA UA, REUNIÕES ESTATUTÁRIAS, INSTITUCIONAIS E OUTRAS ORGANIZADAS DURANTE O PERÍODO VISADO PELO PRESENTE RELATÓRIO**

#### **A. REUNIÕES DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA UA**

➤ 34ª Cimeira da União Africana, Adis Abeba, Etiópia

7. A Comissão participou nas seguintes reuniões dos Órgãos Deliberativos da UA em Adis Abeba, Etiópia, de 20 a 31 de Janeiro de 2021, e de 3 a 7 de Fevereiro de 2021:

- i. 41ª Sessão Ordinária do Comité de Representantes Permanentes (CRP): 20 a 21 de Janeiro de 2021;
- ii. 38ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo: 3 a 4 de Fevereiro de 2021; e
- iii. 34ª Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo (a Assembleia): 6 a 7 de Fevereiro de 2021.

8. Em conformidade com a Carta Africana e a prática estabelecida, os 48º e 49º Relatórios Conjuntos de Actividades da Comissão foram apresentados perante a 41ª Sessão Ordinária do CRP. Na sequência de discussões a níveis do CRP e do

Conselho Executivo, foi autorizada a publicação dos Relatórios de Actividades da Comissão por via da Decisão EX.CL/Dec.1113(XXXVIII) adoptada por este órgão na sua 38ª Sessão Ordinária realizada de forma virtual em Fevereiro de 2021. Os Relatórios foram publicados no portal electrónico da Comissão juntamente com as respostas de diversos Estados partes, apenas sob a forma de Anexo.

- 42ª Sessão Ordinária do CRP e 39ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, Adis Abeba, Etiópia.

9. A Comissão participou nas seguintes reuniões dos Órgãos Deliberativos da UA que decorreram de forma virtual de 28 de Setembro a 9 de Outubro de 2021, de forma presencial de 14 a 15 de Outubro de 2021, e de forma virtual a 16 de Outubro de 2021:

- i. 42ª Sessão Ordinária do CRP: de 28 de Setembro a 1 de Outubro de 2021 e de 5 a 9 de Outubro de 2021;
- ii. 39ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo: de 14 a 15 de Outubro de 2021 ;
- iii. 3ª Reunião de coordenação semestral entre os Estados membros da UA, das Comunidades Económicas Regionais (CER) e os Mecanismos Regionais: 16 de Outubro de 2021.

10. No decurso da 42ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo foram eleitos quatro (4) membro da Comissão, nomeadamente por um mandato de seis (6) ano, tendo um deles sido reeleito, a saber:

- i. Sra. Ourveena Geereesha Topsy Sonoo da República da Maurícia;
- ii. Dr. Solomon Ayele Dersso, da República Federal da Etiópia ;
- iii. Sra. Janet Ramatoulie Sallah-Njie da República da Gâmbia ; e
- iv. Dr. Idrissa Sow da República do Senegal.

## **B. REUNIÕES ESTATUTÁRIAS E INSTITUCIONAIS**

### **➤ 31ª Sessão Extraordinária, 19 a 25 de Fevereiro de 2021**

11. A 31ª Sessão Extraordinária da Comissão realizou-se de forma virtual de 19 a 25 de Fevereiro de 2021 devido à presente pandemia. Os pormenores das actividades realizadas pela Comissão durante a 31ª Sessão Extraordinária vêm enunciados no Comunicado Final pertinente, encontrando-se disponível no portal electrónico da Comissão: [www.achpr.org](http://www.achpr.org).

### **➤ 68ª Sessão Ordinária, 14 de Abril a 4 de Maio de 2021**

12. A 68ª Sessão Ordinária decorreu igualmente de forma virtual 14 de Abril a 4 de Maio de 2021 devido à pandemia da Covid-19.

13. Durante a presente Sessão, a Comissão examinou, entre outras coisas, os Relatórios Periódicos da República do Malawi e da República do Níger, e organizou os seguintes debates em grupo:

- i. Lançamento da proposta de redacção do Comentário Geral ao artigo 23º da Carta Africana;
- ii. Lançamento do 9º Boletim do Comité para a Prevenção da Tortura em África;
- iii. Lançamento das Directrizes sobre o Direito à Água em África;
- iv. Violência contra Mulheres em Situações Vulneráveis;
- v. Abusos Contra Migrantes: O Roteiro de Adis Abeba;
- vi. Aspectos de Direitos Humanos e dos Povos relacionados com as Artes, Cultura e Património; e
- vii. Defensores dos Direitos Humanos e Represálias em África.

14. Os relatórios referentes ao período entre sessões e que foram apresentados pelos membros da Comissão e Relatores Especiais no decurso da 68ª Sessão Ordinária estão disponíveis no portal electrónico da Comissão: [www.achpr.org](http://www.achpr.org)

15. Os pormenores das actividades realizadas pela Comissão durante a 68ª Sessão Ordinária vêm enunciados no Comunicado Final pertinente, disponível no portal electrónico da Comissão: [www.achpr.org](http://www.achpr.org).

➤ **32ª Sessão Extraordinária, 12 de Maio de 2021**

16. A 32ª Sessão Extraordinária da Comissão decorreu de forma virtual a 12 de Maio de 2021. No decurso desta sessão, a Comissão examinou a situação dos direitos humanos na região de Tigray, República Federal Democrática da Etiópia. A Comissão decidiu criar uma Comissão de Inquérito sobre a situação dos direitos humanos nessa região. Os pormenores das actividades empreendidas durante a sessão vêm enunciados no Comunicado Final disponível no portal electrónico da Comissão: [www.achpr.org](http://www.achpr.org).

➤ **33ª Sessão Extraordinária, de 12 a 19 de Agosto de 2021**

17. A 33ª Sessão Extraordinária da Comissão realizou-se de forma virtual de 12 a 19 de Agosto de 2021. Os pormenores das actividades empreendidas durante a 33ª Sessão Extraordinária vêm enunciados no Comunicado Final disponível no portal electrónico da Comissão: [www.achpr.org](http://www.achpr.org)

➤ **34ª Sessão Extraordinária, 24 de Agosto de 2021**

18. A 34ª Sessão Extraordinária da Comissão realizou-se de forma virtual a 24 de Agosto de 2021. No decurso desta sessão, a Comissão de Inquérito forneceu à Comissão uma actualização do trabalho por ela realizado até à data sobre a situação na região de Tigray da República Federal Democrática da Etiópia. Os pormenores das actividades empreendidas durante a presente sessão estão contidos no Comunicado Final disponível no portal electrónico da Comissão: [www.achpr.org](http://www.achpr.org)

➤ **69ª Sessão Ordinária, 15 de Novembro a 5 de Dezembro de 2021**

19. A 69ª Sessão Ordinária da CADHP realizou-se com a participação física da Comissão e do seu Secretariado em Dakar, República do Senegal, e com a

participação virtual de representantes de Estados, organizações internacionais, Instituições Nacionais de Direitos Humanos e da Sociedade Civil.

20. Durante a presente sessão, a Comissão examinou, entre outros, os Relatórios Periódicos da República do Benim, da República da Namíbia e do Reino de Eswatini.

21. A Comissão também organizou debates em grupo e procedeu aos lançamentos adiante discriminados:

- i. Campanha em prol da ratificação do Protocolo sobre os Direitos das Pessoas Idosas e do Protocolo sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências;
- ii. Debate sobre a situação dos defensores dos direitos humanos no exílio;
- iii. Avaliação da aplicação do Pacto Global sobre Migração por entidades de relevo em África;
- iv. Lançamento do Boletim Informativo nº 15: Polícia e Direitos Humanos em África;
- v. Debate sobre Estudo do Grupo de Trabalho referente a Indústrias Extractivas Estudo/Lançamento do Boletim Informativo do Grupo de Trabalho ;
- vi. Apresentação e discussão do Estudo sobre Jurisprudência relacionada com o Artigo 5º da Carta, e do Relatório sobre Produção, Comércio e Utilização de Instrumentos de Tortura em África; e
- vii. Debate sobre a Pena de Morte em África e os Compromissos dos Estados.

22. Os Relatórios referentes a actividades entre Sessões apresentados pelos Membros da Comissão e Relatores Especiais à 69ª Sessão Ordinária estão disponíveis no portal electrónico da Comissão: [www.achpr.org](http://www.achpr.org).

23. Os pormenores das actividades empreendidas pela Comissão durante a 69ª Sessão Ordinária vêm enunciados no respectivo Comunicado Final. Este encontra-se disponível no portal electrónico da Comissão: [www.achpr.org](http://www.achpr.org)

➤ **13ª Reunião Conjunta das Mesas da Comissão Africana e do Tribunal Africano realizada em Arusha, Tanzânia, a 28 de Setembro de 2021**

24. Em conformidade com os respectivos regulamentos processuais, a Comissão e o Tribunal Africano realizaram a 13ª Reunião Conjunta das Mesas em Arusha, República Unida da Tanzânia, a 28 de Setembro de 2021. Nesta ocasião, os membros das duas instituições adoptaram o Relatório da 12ª Reunião das Mesas; avaliaram o estado de aplicação das decisões adoptadas na 12ª Reunião das Mesas e na 8ª Reunião Anual Conjunta; e trocaram pontos de vista sobre as várias actividades conjuntas, incluindo a comemoração do 40º aniversário da adopção da Carta Africana

➤ **9ª Reunião anual da Comissão e do Tribunal Africano, realizada de formas virtual e presencial em Arusha, Tanzânia, a 29 de Setembro de 2021**

25. A 9ª Reunião Anual Conjunta da Comissão e do Tribunal realizou-se em formato híbrido a 29 de Setembro de 2021. O objectivo geral da reunião era o de dar seguimento à aplicação das recomendações adoptadas na reunião anterior, com vista a reforçar a complementaridade das duas instituições e a melhorar a colaboração entre elas.

### **C. OUTRAS ACTIVIDADES E ACÇÕES EMPREENDIDAS PELA CADHP JUNTO DE ÓRGÃOS DA AU**

#### **➤ Comemoração do 40º Aniversário da Adopção da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**

26. A 28 de Junho de 2021, a Comissão celebrou o 40º aniversário da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. A data foi comemorada ao longo de 2021 sob o tema: **"Realidades de 40 anos de aplicação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Itinerário Rumo à África que Queremos"**. A comemoração foi assinalada por uma série de eventos organizados em colaboração com vários intervenientes e entidades de relevo que trabalham na promoção e protecção dos direitos humanos, incluindo representantes dos Estados partes, órgãos e departamentos da UA, organizações internacionais e intergovernamentais, Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH), Organizações da Sociedade Civil (OSC), académicos e jornalistas.

#### **➤ Participação na Segunda Reunião Técnica e Política da Plataforma AGA, em Arusha, Tanzânia, de 20 a 21 de Outubro de 2021.**

27. A Mesa da Comissão participou na Segunda Reunião Técnica e Política da Plataforma de Arquitectura de Governação Africana (AGA), realizada em Arusha, Tanzânia, de 20 a 21 de Outubro de 2021. No decurso da reunião, os participantes passaram em revista a execução dos projectos referentes a esse ano; reflectiram sobre as iniciativas emblemáticas da Plataforma AGA para 2022; forneceram actualizações sobre o processo de fusão entre a AGA e o Secretariado da APSA; e discutiram as acções recentemente empreendidas junto da Subcomissão de Direitos Humanos, Democracia e Governação do CRP. Foi criada uma nova Mesa, tendo a Comissão sido eleita para presidir à Plataforma Africana de Governação em 2022 e 2023, de acordo com os regulamentos da AGA.

### **IV. SITUAÇÃO RESPEITANTE À APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS PERIÓDICOS**

28. A Comissão fiscaliza a aplicação da Carta Africana e de outros instrumentos jurídicos pertinentes, incluindo o Protocolo anexo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (o Protocolo de Maputo) e a Convenção da União Africana sobre a Protecção e Assistência a Pessoas Deslocadas Internamente em África (a Convenção de Kampala) mediante: a recepção e exame de relatórios periódicos durante sessões ordinárias; consultas directas com os Estados sobre o conteúdo dos Relatórios; formulação de conclusões e recomendações gerais sobre relatórios; e rastreio da não apresentação de relatórios periódicos por Estados partes.



29. Como foi acima mencionado, durante as 68ª e 69ª Sessões Ordinárias, a Comissão examinou os 2º e 3º Relatórios Periódicos Conjuntos da República do Malawi (2015 – 2019), o 15º Relatório Periódico da República do Níger (2017-2019), o 6º e 10º Relatórios Periódicos Conjuntos da República do Benim (2009-2018), os Relatórios Periódicos do Reino de Eswatini (do 1º ao 10º, correspondentes ao período entre 2000 e 2021), e o 7º Relatório Periódico da Namíbia (2015-2019). O exame do 12º e 13º Relatórios Periódicos da República do Quênia foi adiado para uma posterior sessão a pedido deste país.

30. Durante o período abrangido pelo presente relatório, a Comissão recebeu o 3º Relatório Periódico da República das Seicheles sobre a aplicação do Protocolo de Maputo no período de 2006 a 2019.

31. De acordo com o artigo 62º da Carta Africana, os Estados partes devem apresentar Relatórios Periódicos de dois (2) em dois anos. A situação respeitante à apresentação de Relatórios Periódicos por Estados partes perante a Comissão desde o último período de análise, é a seguinte:

Situação	Estado Parte
Relatórios em dia: <b>Dois (2)</b>	Eswatini e Quênia.
1 Relatório em atraso : <b>Nove (9)</b>	Benim, Camarões, Gâmbia, Malawi, Maurícia, Namíbia, Níger, Seicheles e Zimbabwe.
2 Relatórios em atraso: <b>Sete (7)</b>	Angola, Egipto, Eritreia, Lesoto, Nigéria, Rwanda, Togo.
3 Relatórios em atraso: <b>Sete (7)</b>	África do Sul, Argélia, Botswana, Chade, Côte d'Ivoire, Mauritânia, RDC.
Mais de 3 Relatórios em atraso: <b>Vinte e três (23)</b>	Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Congo, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Jibuti, Libéria, Líbia, Madagáscar, Mali, Moçambique, RASD, República Centro-Africana, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zâmbia
Estados que nunca apresentaram relatórios : <b>Seis (6)</b>	Comores, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Somália e Sudão do Sul.

32. Dos 42 Estados partes do Protocolo de Maputo, vinte (19) já apresentaram um relatório conforme o artigo 26º desse Protocolo: África do Sul, Angola, Benim, Burkina Faso, Camarões, Eswatini, Gâmbia, Lesoto, Malawi, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, Rwanda, Senegal, Seicheles, Togo, Zimbabwe.

33. Até ao momento, 31 Estados partes ratificaram a Convenção de Kampala, a saber: Angola, Benim, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, Côte d'Ivoire, Congo, Eswatini, Gabão, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Jibuti, Lesoto, Libéria, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria, Uganda, Rwanda, República

Árabe Saharaui Democrática, República Centro-Africana, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Togo, Zâmbia e Zimbábue. Dos trinta e um (31) Estados acima mencionados, apenas os Camarões cumpriu o nº 4 do artigo 14º da Convenção de Kampala, que exige a apresentação de relatórios sobre a introdução de medidas legislativas e outras para que as disposições dessa Convenção surta efeito.

## V. RESOLUÇÕES ADOPTADAS PELA COMISSÃO

34. A Comissão adoptou as seguintes Resoluções durante o período em referência:

<b>Sessão</b>	<b>Resoluções adoptadas</b>
<b>31ª Sessão Extraordinária</b>	i. Resolução referente à necessidade de se realizar um Estudo sobre Direitos Humanos e dos Povos e Inteligência Artificial, Robótica e Outras Tecnologias Novas e Emergentes em África; ii. Resolução sobre a Proibição do Uso Excessivo da Força pela Polícia em Estados Africanos; e iii. Resolução sobre a Necessidade de Proteger o Espaço Cívico e a Liberdade de Associação e Reunião.
<b>68ª Sessão Ordinária</b>	i. Resolução referente à realização de um Estudo sobre o Impacto da Covid-19 nas Populações/Comunidades Indígenas em África; ii. Resolução sobre a Instabilidade Militar no Norte de Moçambique; iii. Resolução sobre a Situação dos Direitos Humanos no Níger; iv. Resolução sobre a Situação dos Direitos Humanos no Benim; v. Resolução sobre a Reatribuição de Zonas de Jurisdição e de Mecanismos Especiais entre Comissários; e vi. Resolução referente à necessidade de um Estudo sobre Respostas Africanas à Migração e à Protecção de Migrantes, visando a Elaboração de Directrizes sobre os Direitos Fundamentais de Migrantes, Refugiados e Pessoas em Busca de Asilo.
<b>32ª Sessão Extraordinária</b>	i. Resolução sobre o inquérito à situação dos direitos humanos em Tigray.
<b>33ª Sessão Extraordinária</b>	i. Resolução sobre a necessidade de uma melhor protecção das mulheres condenadas à morte; ii. Resolução sobre o respeito do princípio de não devolução de pessoas em busca de asilo e de refugiados; iii. Resolução sobre a comemoração do genocídio contra os Tutsis no Ruanda e a prevenção do genocídio e da negação e revisionismo do genocídio; e iv. Resolução sobre migrantes e refugiados desaparecidos em África e o impacto nas suas famílias.
<b>34ª Sessão</b>	i. Resolução sobre a renovação do mandato da Comissão de Inquérito referente à situação na Região de Tigray da República Federal Democrática da Etiópia; e

<b>Extraord inária</b>	ii. Resolução sobre a validação da nomeação de membros associados da Comissão de Inquérito sobre a situação na Região de Tigray da República Federal Democrática da Etiópia.
<b>69<sup>a</sup> Sessão Ordinári a</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Resolução sobre o reconhecimento e protecção do direito dos povos indígenas África à propriedade, governação e utilização de recursos naturais ;</li> <li>ii. Resolução sobre a Deterioração da Situação Geral dos Direitos Humanos no Sudão na sequência do Golpe de Estado de 25 de Outubro de 2021 ;</li> <li>iii. Resolução sobre a necessidade de se elaborar um manual de formação sobre o uso da força por agentes da lei e guardas prisionais/correccionais em África;</li> <li>iv. Resolução sobre Indústrias Extractivas e Direitos de Terra das Populações/Comunidades Indígenas em África ;</li> <li>v. Resolução sobre as alterações climáticas e deslocações forçadas em África;</li> <li>vi. Resolução sobre a violência contra as mulheres em situações de conflito armado em África;</li> <li>vii. Resolução sobre a Elaboração de Procedimentos Operacionais Normativos do Mecanismo de Alerta e de Prestação de Informações à CADHP sobre Situações de Tortura e Actos Afins;</li> <li>viii. Resolução sobre a elaboração de um Comentário Geral referente à proibição da Mutilação Genital Feminina em África;</li> <li>ix. Resolução sobre a Renovação do Mandato da Comissão de Inquérito à Situação na Região de Tigray da República Federal Democrática da Etiópia;</li> <li>x. Resolução sobre a Reatribuição de Zonas de Jurisdição a Comissários ;</li> <li>xi. Resolução sobre a reconstituição do Comité de Resoluções ;</li> <li>xii. Resolução relativa à reconstituição do Grupo de Trabalho sobre Populações/ Comunidades Indígenas e Minorias em África.</li> <li>xiii. Resolução sobre a reconstituição do Comité Consultivo para Questões Orçamentais e de Pessoal ;</li> <li>xiv. Resolução referente à reconstituição do Grupo de Trabalho sobre Questões Específicas relacionadas com o Trabalho da Comissão ;</li> <li>xv. Resolução relativa à reconstituição do Grupo de Trabalho sobre a Pena de Morte, Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias e Desaparecimentos Forçados em África ;</li> <li>xvi. Resolução sobre a reconstituição do Comité para a Protecção dos Direitos das Pessoas que Vivem com VIH (PVVIH) e das Pessoas em Risco, Vulneráveis e Afectadas pelo VIH ;</li> <li>xvii. Resolução referente à reconstituição do Grupo de Trabalho sobre Queixas ;</li> <li>xviii. Resolução sobre o mandato e nomeação do Relator Especial para a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação em África ;</li> <li>xix. Resolução sobre a nomeação da Relatora Especial para os Direitos das Mulheres em África ;</li> <li>xx. Resolução referente à reconstituição do Grupo de Trabalho sobre Indústrias Extractivas, Ambiente e Violações dos Direitos Humanos em África.</li> </ul>

	<p>xxi. Resolução relativa à Reconstituição do Grupo de Trabalho sobre os Direitos das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiências em África ;</p> <p>xxii. Resolução sobre a situação de persistentes violações dos direitos humanos na República dos Camarões ; e</p> <p>xxiii. Resolução relativa à prorrogação do prazo para preparação de um Estudo sobre o Uso da Força por Entidades a cargo da Aplicação da Lei em África.</p>
--	--

## VI. QUEIXAS/PARTICIPAÇÕES PERANTE A COMISSÃO RELACIONADAS COM DIREITOS HUMANOS

### Queixas

35. No quadro do mandato de protecção que lhe foi conferido, a Comissão é especificamente incumbida, nos termos da Carta Africana, de receber e examinar participações (queixas) relacionadas com alegadas violações dos direitos humanos.

36. Das duzentas e dezasseis (216) Queixas pendentes perante a Comissão no início de período abrangido pelos presentes relatórios, procedeu-se ao exame das seguintes queixas:

<p><b>31<sup>a</sup> Sessão Extraordi nária</b></p>	<p><b>Decisões adoptadas quanto ao Mérito – 3</b></p> <p>i. <b>Queixa 415/12</b> - Edouard Nathanaël ETONDE EKOTO contra os Camarões ;</p> <p>ii. <b>Queixa 446/13</b> - Jennifer Williams e outros (representados por Zimbabwe Lawyers for Human Rights) contra o Zimbabwe ; e</p> <p>iii. <b>Queixa 475/14</b> – Família do falecido Médard Ndayishimiye contra o Burundi.</p>
<p><b>Grupo de Trabalho s sobre Queixas (GTQ)</b></p>	<p><b>Aceitação - 9</b></p> <p>Aceites (6)</p> <p>i. <b>Queixa 671/17</b> – Ahmed Abdel Hady El-Sihaimy (representado por AED e outros) contra o Egipto ;</p> <p>ii. <b>Queixa 720/19</b> – Daniel Felipe da Silva Guerra e Rodrigo Lima Dantas (representados por Paulo Henrique Reis de Oliveira e Silmara Veiga de Souza) contra Cabo Verde ;</p> <p>iii. <b>Queixa 746/21</b> – Pessoas Deslocadas de Ogoni (representadas por World Service Authority) contra o Benim ;</p> <p>iv. <b>Queixa 752/21</b> – Conseil des droits des minorités Somalis contra o Somália;</p> <p>v. <b>Queixa 753/21</b> – Kgagudi Kenneth Sekhukhune (representado por Shadrack Tebeile) contra a África do Sul ; e</p> <p>vi. <b>Queixa 754/21</b> – M. NZOKIRA Emmanuel contra o Burundi.</p> <p>Aceite com pedido de Medidas Cautelares (1)</p> <p>i. <b>Queixa 750/21</b> – Gehad El-Haddad (representado por Center for Human Rights &amp; Humanitarian Law) contra o Egipto.</p>

	<p>Não Aceites (2)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>i. <b>Queixa 673/17</b> – Khalid Mohammed Abdel Raouf (representado por EDA, AMAN e Professor Mostafa Metwally) contra o Egípto ; e</li><li>ii. <b>Queixa 755/21</b> – Alex Nain Saab Moran (representado por Falana and Falana’s Chambers) contra Cabo Verde.</li></ul> <p>Pedido de Orientações - 4</p> <ul style="list-style-type: none"><li>i. <b>Queixa 376/09</b> – Acleo Kalinga (representado por REDRESS, OMCT e CIRT) contra o Uganda ;</li><li>ii. <b>Queixa 577/15</b> – Hassan Ishag Ahmed (representado por African Centre for Justice and Peace Studies e outros) contra o Sudão ;</li><li>iii. <b>Queixa 399/11-</b> – Minority Rights Group International e UNIPROBA (em nome da família Bahakwaninda) contra o Burundi ; e</li><li>iv. <b>Queixa 650/18-</b> – Kum Bezeng e 75 outros (representados pelo Professor Carlson Anyangwe) contra os Camarões.</li></ul>
<b>68ª Sessão Ordinária</b>	<p><b>Decisões adoptadas quanto ao Mérito – 2</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>i. <b>Queixa 472/14</b> – Família do falecido Audace Vianney Habonarugira contra o Burundi ; e</li><li>ii. <b>Queixa 577/15</b> – Hassan Ishag Ahmed (representado por African Centre for Justice and Peace Studies e outros) contra o Sudão.</li></ul> <p><b>Decisões adoptadas quanto à admissibilidade – 3</b></p> <p>Admissíveis : 2</p> <ul style="list-style-type: none"><li>i. <b>Queixa 599/16-</b> – Ethiopian Human Rights Project (representado por Robert F. Kennedy Human Rights e IHRDA) contra a Etiópia ; e</li><li>ii. <b>Queixa 716/19</b> – Três Testemunhas de Jeová (Representadas por Lawyers Associated for Human Rights in Africa) contra a Eritreia.</li></ul> <p>Inadmissíveis : 1</p> <ul style="list-style-type: none"><li>i. <b>Queixa 500/14</b> - Gérard Salamiate contra o Congo.</li></ul>
<b>Grupo de Trabalhos sobre Queixas (GTQ)</b>	<p><b>Aceitação - 5</b></p> <p>Aceites (4)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>i. <b>Queixa 747/21</b>– Van- Heerden e 2 outros contra a África do Sul;</li><li>ii. <b>Queixa 751/21-</b> Mybourgh Le Roux contra a África do Sul;</li><li>iii. <b>Queixa 756/21-</b> NZOMUKUNDA Guy Fleury contra o Burundi; e</li><li>iv. <b>Queixa 758/2</b> - Queen Ntombikayise Ambe contra a África do Sul.</li></ul> <p>Aceites com pedido de Medidas Cautelares : (1)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>i. <b>Queixa 749/21</b> - M. Charles Kabwa (representado por M. Lambert Nigarura, Esq.) contra a República do Burundi</li></ul>
<b>33ª Sessão</b>	<p><b>Decisões adoptadas quanto ao Mérito: 1</b></p>

<b>Extraordi nária</b>	<p>i. <b>Queixa 444/13</b> – Juge Thomas S. Masuku contra Eswatini</p> <p><b>Decisão adoptada quanto à Admissibilidade</b></p> <p><b>Admissível : 1</b></p> <p>i. <b>Queixa 622/16</b> - Aline BAHOGWERHE contra a República Democrática do Congo.</p>
<b>Grupo de Trabalho sobre Queixas (GTQ)</b>	<p><b>Aceitação – 6 Queixas</b></p> <p><b>Aceites (1)</b></p> <p>i. <b>Queixa 724/19</b> – AB (representado por Fédération internationale pour les droits humains (FIDH), Centre africain d'études pour la justice et la paix (ACJPS) e Programme Afrique de la Commission internationale de Juristes (CIJ) contra o Sudão</p> <p><i>Aceites com pedidos de Medidas Cautelares (4)</i></p> <p>i. <b>Queixa 763/21</b> – William Sipai e 13 outros representantes do Clã ùKeekonyokie do povo Massai de Kitet (Clã Keekonyokie do povo Massai de Kitet) (representados pelo Dr. Duncan Ojwang) contra o Quênia;</p> <p>ii. <b>Queixa 766/21</b> – Alex Nain Saab Moran (representado pela Advogada Femi Falana SAN) contra Cabo Verde ;</p> <p>iii. <b>Queixa 767/21</b> – Abdel Rahman Abdel Hamid Ahmad Al-Barr e 11 Outros (Representados por Justice for Human Rights Organization) contra o República Árabe do Egipto ; e</p> <p>iv. <b>Queixa 768/21</b> – Abdul Rahman Albar e 25 Outros (Representados por International Legal representatives for the Freedom and Justice Party of Egypt (FJP) contra a República Árabe do Egipto</p> <p><b>Não Aceites (1)</b></p> <p>i. <b>Queixa 748/21</b> – Fundação Príncipe e Princesa Charles Offokaja contra a Líbia</p> <p><b>Pedidos de Orientações (2)</b></p> <p>i. <b>Queixa 376/09</b> – Aceo Kalinga (representado por REDRESS, OMCT e CIRT) contra o Uganda ; e</p> <p>ii. <b>Queixa 399/11-</b> – Minority Rights Group International e UNIPROBA (em nome da família Bahakwaninda) contra o Burundi.</p>
<b>69<sup>a</sup> Sessão Ordinária</b>	<p><b>Decisões adoptadas quanto à Admissibilidade</b></p> <p><b>Admissíveis : 3</b></p> <p>i. <b>Queixa 529/15</b> - 22 Deputados contra o República do Burundi ;</p> <p>ii. <b>Queixa 686/18</b> - Association des femmes avocates défenseurs des droits humains, Institute for Human Rights and Development in Africa e Equality Now contra a República Democrática do Congo; e</p> <p>iii. <b>Queixa 693/18</b> – Bunyoro Kitara Reparations Agency Ltd (BUKITAREPA) contra a República do Uganda.</p>

	<p><b>Pedido de Orientações: 1</b></p> <p>i. <b>Queixa 399/11-</b> – Minority Rights Group International e UNIPROBA (em nome da família Bahakwaninda) contra o Burundi</p>
--	--

37. Infere-se dos quadros acima reproduzidos que no período em referência, a Comissão aceitou **onze (11)** Queixas, decidiu não aceitar **três (3)**; deferiu os pedidos de **seis (6)** Medidas Cautelares; declarou **seis (6)** Queixas como sendo admissíveis e **uma (1)** inadmissível. A Comissão também adoptou **seis (6)** decisões quanto ao Mérito, e emitiu orientações relativamente a outras **seis (6)** Queixas.

38. Um quadro a ilustrar a distribuição geográfica e o país de cada Queixa pendente está apenso ao presente Relatório de Actividades sob a forma de Anexo II.<sup>2</sup>

## VII. REQUERIMENTOS A SOLICITAR O ESTATUTO DE ORGANIZAÇÃO FILIADA E O ESTATUTO DE INSTITUIÇÃO OBSERVADORA

39. Em conformidade com a **Resolução CADHP/Rés.361(LIX)2016 sobre Critérios para a Concessão e Manutenção do Estatuto de Observadoras de Organizações Não Governamentais que Trabalham na área dos Direitos Humanos e dos Povos em África**, a Comissão, nas suas 68<sup>a</sup> e 69<sup>a</sup> Sessões Ordinárias concedeu o Estatuto de Organização Observadora a **dez (10)** ONG.

- i. *SOS Information juridique multisectorielle ;*
- ii. *Plataforma Mulheres em Acção ;*
- iii. *Associação Observatório de Políticas Públicas da Perspectiva de Género;*
- iv. *Akina Mama wa Afrika;*
- v. *Association of the Egyptian Female Lawyers ;*
- vi. *Association des utilisateurs des technologies de l'information et de la communication ;*
- vii. *Changement social Bénin ;*
- viii. *Institut Panafricain pour la Citoyenneté, les Consommateurs et le Développement (CICODEV Afrique) ;*
- ix. *Paradigm Initiative for Information Technology Development ; et*
- x. *Mouvement pour la défense de l'Humanité et l'abolition de la torture (MDHAT).*

40. No final do período em referência, o número total de ONG com o estatuto de observadoras era de **quinhentos e trinta e oito (538)**.

41. Em conformidade com a **Resolução CADHP/ Res.370 (LX) 2017 sobre a outorga do Estatuto de Afiliadas a instituições especializadas em direitos humanos em África**, a Comissão, na sua 69<sup>a</sup> Sessão Ordinária concedeu esse estatuto às seguintes INDH e instituições especializadas :

- i. *National Human Rights Commission of The Gambia;*

---

<sup>2</sup> Annexe II.

- ii. *Commission Benimoise des Droits de l'Homme ; e*
- iii. *Institut des droits de l'homme et de la Paix de l'Université Cheikh Anta Diop.*

42. Isto eleva para trinta e três (33) o número total de INDH com Estatuto de Afiliadas no final do período abrangido pelos presentes relatórios.

### VIII. CUMPRIMENTO POR PARTE DOS ESTADOS DAS DECISÕES DA COMISSÃO, PEDIDOS DE MEDIDAS CAUTELARES, OBSERVAÇÕES FINAIS, RECOMENDAÇÕES DE MISSÕES E CARTAS DE APELOS URGENTES

43. O nível de cumprimento pelos Estados partes das Decisões da Comissão, Pedidos de Medidas Cautelares e Cartas de Apelos Urgentes permanece baixo, conforme evidenciado pelas seguintes informações:

#### ➤ Cumprimento de Decisões sobre Queixas

44. Durante o período em referência, a Comissão não recebeu informações de Estados partes relacionadas com a aplicação de decisões finais por si tomadas no âmbito de Queixas, em conformidade com o artigo 125º do Regulamento Processual de 2020.

45. Contudo, a Comissão recebeu um informe dos Queixosos sobre a aplicação da decisão na **Queixa 396/11 - Mohammed Abderrahim El Sharkawi (representado por Egyptian Initiative for Personal Rights (EIPR) e Open Society Justice Initiative (OSJI)) contra a República Árabe do Egípto**, nos termos do nº 2 do artigo 112 do Regulamento Processual da Comissão (2010) ao abrigo do qual o Queixa foi instaurada. A EIPR e a OSJI informaram a Comissão de que o Estado requerido não os informou das medidas tomadas para aplicar a decisão da Comissão sobre a Queixa.

46. A Comissão também recebeu informações do Queixoso na **Queixa 389/10-Mbiankeu Geneviève contra os Camarões**, adoptada pela Comissão na sua 56ª Sessão Ordinária, realizada de 21 de Abril a 7 de Maio de 2015. O Estado executou parcialmente a decisão, atribuindo à Vítima uma parte da quantia que a Comissão havia solicitado nessa decisão. A última actualização, que inclui correspondência diversa com os ministérios competentes do Estado requerido, indica que a parcela de terreno do mesmo valor e natureza que a Comissão havia pedido para ser atribuída à Vítima, é uma questão ainda pendente.

#### ➤ Cumprimento de Medidas Cautelares

47. Durante o período abrangido pelo presente relatório, a Comissão não recebeu resposta aos pedidos de medidas cautelares que haviam sido emitidos, tal como indica o quadro referente às Queixa/Participações que foram examinadas.

#### ➤ Cumprimento de Observações Finais

48. Durante o período em referência, as Repúblicas do Benim, Quênia, Níger e Namíbia indicaram, no âmbito do processo de apresentação de relatórios periódicos,



o nível de cumprimento das observações finais da Comissão relativamente aos mais recentes relatórios desses países, bem como os desafios com que têm vindo a deparar. O Reino de Eswatini indicou que não podia tratar das observações finais da Comissão relativamente ao relatório inicial por não ter sido possível localizar o pertinente documento nos vários departamentos do governo. Acrescentou que as buscas ainda prosseguem.

➤ **Cumprimento de Recomendações de Missões**

49. No período em referência, a Comissão não recebeu qualquer relatório sobre o cumprimento das recomendações feitas na sequência de diversas missões efectuadas a alguns Estados partes.

➤ **Cumprimento do teor de cartas a expressar preocupação e contendo apelos urgentes**

50. Durante o mesmo período foram enviadas **vinte e nove (29)** Cartas a Expressar Preocupação e cartas contendo Apelos Urgentes a Estados partes, relacionados com várias alegações de violações dos direitos humanos.

<b>Estado</b>	<b>Data da Carta</b>	<b>Questão que justifica Carta de Apelo Urgente</b>	<b>Resposta do Estado Parte</b>
<b>República do Zimbabwe</b>	19 de Novembro de 2020	Carta de Apelo Urgente relativa ao assédio judicial contra a advogada de direitos humanos, Sra. Beatrice Mtetwa.	O Estado respondeu a <b>28 de Janeiro de 2021</b> a refutar que a Sra. Mtetwa tivesse sido assediada ou intimidada pelo Estado por representar defensores dos direitos humanos no Zimbabwe.
<b>República Argelina Democrática e Popular</b>	19 de Novembro de 2020	Carta de Apelo Urgente sobre o estado crítico e a necessidade urgente de cuidados médicos e cirurgia cardíaca do Sr. Abdullah Benaoum.	O Estado respondeu a <b>21 de Janeiro de 2021</b> declarando que o detido recebia os cuidados médicos necessários para a sua saúde física e mental na prisão
	7 de Setembro de 2021	Carta de Apelo Urgente sobre a dissolução da associação Rassemblement Action Jeunesse (RAJ)	O Estado ainda não respondeu
	27 de Setembro de 2021	Carta conjunta de apelo urgente sobre a situação dos direitos humanos dos Amazighs no país	O Estado ainda não respondeu
<b>República Federal da Nigéria</b>	30 de Novembro de 2020	Carta de Apelo conjunta relativa a represálias por parte de entidades estatais e não estatais contra os presumíveis	O Estado ainda não respondeu

		organizadores e apoiantes da manifestação #ENDSARS.	
	09 de Junho de 2021	Carta de Apelo Urgente relativa à recente suspensão por tempo indefinido das operações da rede social Twitter na Nigéria.	O Estado ainda não respondeu
<b>República Árabe do Egito</b>	2 de Dezembro de 2020	Carta conjunta de Apelo Urgente sobre a repressão de funcionários da <i>Egyptian Initiative for Personal Rights</i>	O Estado ainda não respondeu.
<b>República Unida da Tanzânia</b>	15 de Dezembro de 2020	Carta de Apelo Urgente sobre a situação dos refugiados burundianos na Tanzânia	O Estado ainda não respondeu.
<b>República do Sudão do Sul</b>	20 de Dezembro de 2020	Carta de Apelo sobre a sentença de morte aplicada ao Sr. Bambu Emmanuel Lokiri, estudante de medicina na Universidade de Juba, acusado de assassinar um grupo de três irmãos, Noama, Blessing e Nura, no dia 1 de Agosto de 2020, na zona residencial de Rock City de Juba.	O Estado ainda não respondeu.
	23 de Agosto de 2021	Carta de Apelo Urgente relativa a informações sobre execuções extrajudiciais de pelo menos 42 pessoas, incluindo crianças e idosos, e a contínua deterioração da paz e da segurança no país.	O Estado ainda não respondeu.
<b>República Democrática do Congo (RDC)</b>	18 de Janeiro de 2021	Carta de Apelo Urgente relativa à detenção arbitrária de activistas da LUCHA.	O Estado ainda não respondeu.
	21 de Março de 2021	Carta Conjunta de Apelo Urgente relativa às alegações de assassinato de quarenta e seis (46) membros da comunidade Batwa/Bambutu por um grupo armado não identificado na aldeia de Masini na província de Ituri, no leste da RDC.	O Estado ainda não respondeu.
	31 de Maio de 2021	Carta de Apelo Urgente sobre a condenação à morte de trinta pessoas pelo Tribunal de Primeira Instância da Comuna de Gombe,	O Estado ainda não respondeu.

		Kinshasa, acusados de confrontos violentos que eclodiram a 14 de Maio de 2021 entre duas comunidades muçulmanas.	
	12 de Agosto de 2021	Carta de Apelo conjunta sobre a situação dos direitos humanos na República Democrática do Congo	O Estado ainda não respondeu.
<b>República Federal Democrática da Etiópia</b>	20 de Janeiro de 2021	Carta Conjunta de Apelo Urgente sobre a morte de mais de oitenta (80) civis etíopes em 12 de Janeiro de 2021 em Daletti, na zona de Metekel, na região de Benishangul-Gumuz, na Etiópia ocidental, devido a violência étnica naquela zona.	O Estado ainda não respondeu.
<b>República do Sudão</b>	16 de Março de 2021	Carta Conjunta de Apelo Urgente relativa à execução iminente de cidadãos sudaneses, Sr. Amin Bushra e Sr. Yassin Kuku.	O Estado ainda não respondeu.
<b>República de Jibuti</b>	25 de Maio de 2021	Carta de Apelo Urgente sobre a prisão do utilizador de <i>blog</i> Barkat Abdoulwahab Oudoum, detido em Adis Abeba, Etiópia, a 30 de Março de 2021, a pedido da República de Jibuti.	O Estado ainda não respondeu.
<b>República da Maurícia</b>	3 de Junho de 2021	Carta de Apelo Urgente sobre as alterações propostas à lei das TIC, relativa à regulamentação da utilização e combate ao abuso e utilização indevida das redes sociais	O Estado ainda não respondeu.
<b>República do Gana</b>	9 de Junho de 2021	Carta de Apelo Urgente sobre a detenção de 21 defensores dos direitos humanos, incluindo 16 mulheres e cinco homens, enquanto se encontravam em formação paralegal para a protecção dos direitos humanos das minorias sexuais em Ho, Gana.	O Estado ainda não respondeu
<b>Jamahiriya Árabe Líbia</b>	24 de Junho de 2021	Carta de Apelo Urgente sobre o rapto do defensor dos	O Estado ainda não respondeu

<b>Popular Socialista</b>		direitos humanos e jornalista, Mansour Mohamed Atti Al-Maghrabi, por indivíduos não identificados	
<b>República do Chade</b>	8 de Julho de 2021	Carta de Apelo Urgente relativa à condenação de Baradine Berdei Targuio, a três anos de prisão e a uma multa de 250.000 francos CFA.	O Estado ainda não respondeu
<b>República do Burundi</b>	26 de Julho de 2021	Carta de Apelo Urgente sobre o alegado desaparecimento forçado do Sr. Elie Ngomirakiza, líder do partido de oposição Agathon Rwasa CNL, na província rural de Bujumbura.	O Estado respondeu a informar que rejeitava o procedimento de transmissão directa de cartas de apelo urgentes ao Presidente da República. Indicou também que os elementos de resposta serão fornecidos pelos serviços competentes logo que o pedido tenha seguido o procedimento normal.
<b>República de Moçambique</b>	29 de Julho de 2021	Carta de apelo urgente sobre a existência de uma rede de trabalhadoras de sexo composta por membros do pessoal da prisão feminina de Ndlavela em Maputo, que contribuíram para a exploração sexual das mulheres presas.	O Estado ainda não respondeu.
<b>República de Madagáscar</b>	9 de Agosto de 2021	Carta de apelo urgente sobre a crise alimentar decorrente da seca, em que cerca de 340 pessoas morreram e um milhão de outras estão em risco de morrer de fome em zona remota do sul da ilha.	O Estado ainda não respondeu.
<b>República do Quênia</b>	24 de Agosto de 2021	Carta de Apelo relativa à morte de dois jovens sob custódia policial na sequência de brutalidade policial e uso excessivo da força.	O Estado ainda não respondeu.
<b>República do Sudão</b>	27 de Agosto de 2021	Carta de Apelo Urgente relativa a Moaz Abdel Majid Ismael, processado por crimes de guerra e condenado	O Estado ainda não respondeu.

		sem assistência judicial à amputação de mãos e pés em lados opostos (Hirabah Hadd)	
<b>República do Zimbabwe</b>	8 de Setembro de 2021	Carta de Apelo Urgente sobre a detenção de Alice Kuvheya após ter obtido uma ordem judicial em nome de CHITRET, proibindo os governos locais e centrais de demolirem estruturas e casas comerciais informais em Chitungwiza e Harare.	O Estado ainda não respondeu
<b>República do Malawi</b>	20 de Outubro de 2021	Carta de Apelo Urgente relativa à inversão da decisão do Supremo Tribunal de Recurso condenando 26 pessoas à morte, apesar de o Supremo Tribunal ter declarado a pena de morte como sendo "inconstitucional".	O Estado ainda não respondeu.
<b>Reino de Eswatini</b>	22 de Outubro de 2021	Carta de Apelo Urgente sobre o encerramento parcial da Internet durante as manifestações a favor da democracia.	O Estado ainda não respondeu.

## IX. CARTAS DE APREÇO/FELICITAÇÕES

51. Durante o período em referência foram enviadas sete (7) cartas de apreço aos chefes de Estado e de governo dos seguintes países:

Estado	Data da Carta	Questão que justificou a Carta de Apreço
<b>República do Quênia</b>	21 de Dezembro de 2020	Carta conjunta de Apreço a saudar a decisão da República do Quênia de conceder a cidadania a mil seiscentos e setenta (1 670) membros da comunidade shona e a mil e trezentos (1 300) apátridas de origem ruandesa. A carta exorta o Governo do Quênia a conceder o mesmo estatuto legal a outros grupos na mesma situação, como condição necessária para pôr termo à discriminação e exclusão dos benefícios da igualdade de cidadania desses grupos.
	25 de Março de 2021	Carta de Felicitações endereçada a Sua Excelência Uhuru Kenyatta, Presidente da República do Quênia, pela importante decisão do tribunal de primeira instância do Quênia, que confirma

		a proibição da Mutilação Genital Feminina (MGF), em conformidade com a Lei de Proibição da MGF de 2011.
<b>República da Zâmbia</b>	10 de Fevereiro de 2021	Carta de Apreço sobre a decisão do governo de comutar em prisão perpétua as penas de morte decretadas contra duzentos e quarenta e seis (246) reclusos a aguardar a execução da sentença, numa tentativa de descongestionar a Prisão de Mukobeko, que se encontra sobrelotada, e de impedir que os reclusos fiquem expostos à Covid-19.
<b>República Unida da Tanzânia</b>	22 de Março de 2021	Carta de Felicitações endereçada a Sua Excelência Samia Suluhu Hassan, Presidente da República Unida da Tanzânia, por ocasião da sua tomada de posse. Trata-se de um marco significativo da participação e chefia políticas das mulheres no país, e constitui mais um exemplo notável na região da África Oriental e no continente no seu todo relativamente ao reconhecimento da igualdade de direitos das mulheres e raparigas.
	3 de Setembro de 2021	Carta de Apreço relativa à resposta do governo da Tanzânia ao comunicado à imprensa emitido pela Comissão em 28 de Julho de 2021 sobre a prisão do Sr. Freeman Mbowe, presidente da CHADEMA, e de vários dirigentes de partidos durante um fórum público.
	25 de Novembro de 2021	Carta de Apreço relativa à mudança de posição quanto a uma decisão adoptada em 2017, proibindo as raparigas grávidas e as mães adolescentes de frequentar escolas devido ao seu estado de gravidez e maternidade, o que havia dado azo a exclusão discriminatória das raparigas, impedindo o exercício do direito à educação e do direito à não discriminação.
<b>República do Zimbabwe</b>	29 de Abril de 2021	Carta de Apreço sobre a recente libertação de trezentos e vinte (320) prisioneiros da maior prisão do país, no âmbito de um plano para aliviar a sobrelotação e combater a propagação da Covid-19 em prisões.
<b>República da Gâmbia</b>	27 de Agosto de 2021	Carta de Apreço a saudar a adopção e assinatura da lei sobre ao acesso à informação na Gâmbia.
<b>República Democrática do Congo</b>	26 de Novembro de 2021	Carta de Apreço relativa à iniciativa da RDC de suspender a emissão e comércio de licenças de exploração mineira e de efectuar uma auditoria à Conservatória do Registo de Minas do país, como medida de combate à fraude no sector mineiro congolês.

## X. COMUNICADOS/CARTAS DE CONDOLÊNCIAS

52. A 11 de Março de 2021, o Presidente da Comissão emitiu uma Declaração sobre a morte prematura do Ilustre Comissário Ndiamé Gaye, que era membro da Comissão e Presidente do Grupo de Trabalho da Comissão Africana sobre a Pena de Morte, Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias e Desaparecimentos Forçados em África; membro do Comité para a Prevenção da Tortura em África e do Grupo de Trabalho sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais; e Relator

Nacional da Comissão Africana para a Promoção dos Direitos Humanos na Guiné, República Árabe Saharaui Democrática, República Centro-Africana e Serra Leoa.

53. No dia 22 de Março de 2021, o Presidente da Comissão e Relator Nacional sobre a situação dos direitos humanos na Tanzânia, enviou uma carta de condolências a Sua Excelência a Sra. Samia Suluhu Hassan pelo falecimento de Sua Excelência o Sr. John Pombe Joseph Magufuli, Presidente da República Unida da Tanzânia. A carta apresentava igualmente condolências ao Governo e povo da Tanzânia.

## **XI. DECLARAÇÕES E COMUNICADOS À IMPRENSA**

54. Durante o período em referência, a Comissão emitiu cinquenta e cinco (55) Comunicados à Imprensa relacionados com diversas questões de direitos humanos. Os Comunicados à Imprensa estão disponíveis no portal electrónico da Comissão em: [www.achpr.org](http://www.achpr.org).<sup>3</sup>

## **XII. MISSÕES DE PROMOÇÃO E DE APURAMENTO DE FACTOS**

55. A Comissão não efectuou Missões de Promoção ou Missões de Apuramento de Factos no período em referência, essencialmente devido à pandemia da Covid-19.

### **Missão de Apuramento de Factos à Região de Tigray da República Federal Democrática da Etiópia**

56. Durante o período abrangido pelo relatório, a Comissão foi abordada por Sua Excelência o Sr. Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana (CUA), na sequência da Reunião do Conselho de Paz e Segurança da UA realizada a 9 de Março de 2021. Após esta reunião, o primeiro-ministro da República Federal Democrática da Etiópia, Sua Excelência o Dr. Abiy Ahmed, manifestou a vontade de conferir à Comissão o mandato de investigar a presente crise na Região de Tigray nesse país.

57. A Comissão saúda esta louvável iniciativa visando a investigação da presente crise na região do Tigray. Nesse sentido, a Comissão solicitou ao governo etíope autorização para empreender uma Missão de Apuramento de Factos à República Federal Democrática da Etiópia. Apesar da autorização concedida pelas autoridades etíopes para a realização da missão no terreno, não foi possível à CADHP chegar a acordo com essas autoridades no que respeita às modalidades da realização da missão, que incluíam, entre outras coisas, uma missão conjunta sob a supervisão do Procurador da República, a participação do Estado na composição da delegação da CADHP, que se reservou o direito de demitir pessoas que não lhe convinha, e a validação do relatório pelas autoridades etíopes antes da sua publicação. Estas modalidades têm consequências directas na independência e neutralidade da Comissão, para além de minar a credibilidade do seu trabalho.

58. Face à deterioração da situação dos direitos humanos, a Comissão decidiu criar uma Comissão de Inquérito sobre a situação dos direitos humanos em Tigray,

---

<sup>3</sup> Annexe IV.

Etiópia, por via da Resolução 482 (EXT.OS / XXXII) 2021 relativa à Missão de Apuramento de Factos na Região de Tigray da República Federal Democrática da Etiópia, em conformidade com o nº 2 do artigo 45º, conjugado com o artigo 46º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (a Carta Africana). No desempenho da sua missão, a Comissão realizou várias reuniões com diferentes entidades, incluindo as autoridades etíopes. Além disso, realizou entrevistas orais para obter depoimentos de testemunhas e vítimas, e também recebeu relatórios sobre a situação dos direitos humanos na região de Tigray. Será apresentado um relatório sobre as conclusões e recomendações.

### **XIII. SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTINENTE**

59. A presente secção foi introduzida em Relatórios de Actividades nos termos da **Decisão EX.CL/Dec.639 (XVIII)** do Conselho Executivo, na qual se apelava à Comissão para que informasse os Órgãos Deliberativos sobre a situação dos direitos humanos no continente. Tem sido prática da Comissão elaborar o conteúdo da presente secção com base em contactos por ela mantidos durante Sessões Ordinárias com Estados partes, INDH com estatuto de afiliadas e ONG com estatuto de observadoras junto da CADHP. A secção é suplementada por informações recolhidas pela Comissão no âmbito da fiscalização que realiza sobre a situação dos direitos humanos em vários Estados partes no período entre sessões.

#### **A. Acontecimentos positivos**

60. É com apreço que a Comissão toma nota dos principais acontecimentos positivos na área dos direitos humanos, observados durante o período abrangido pelo presente relatório e que passa a enunciar:

- i. Ratificação pelo Governo do Sudão da Convenção sobre a Protecção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado;
- ii. A adopção de uma nova Lei da Comunicação Social na Etiópia em 2 de Fevereiro de 2021, visando reforçar a liberdade de expressão e acesso à informação, e despenalizar a difamação;
- iii. A adopção do Plano de Acção Nacional sobre Estupro e Desfloração e do Plano de Acção Nacional referente a Pessoas com Albinismo, especificamente direccionados a abordar a preocupação suscitada pelo crescente número de casos de estupro e desfloração, e a reforçar o quadro de protecção das pessoas que vivem com albinismo no Malawi;
- iv. A adopção pelo Parlamento da Tanzânia da Lei nº 2 de 2021 sobre Diversas Alterações que oficializa o kiSwahili como a língua legal dos tribunais e de redacção de legislação no país. Subsequentemente, adoptaram-se directrizes para a tradução de todas as leis do inglês para o kiSwahili, colocando-as à disposição do público;
- v. A adopção de uma nova Constituição pela República Argelina Democrática e Popular, o que vem reforçar todas as garantias de direitos humanos, incluindo a consagração expressa do respeito pelo direito à vida;
- vi. A adopção de uma lei nacional de protecção dos direitos dos povos pigmeus indígenas e comunidades locais, pela Assembleia Nacional da RDC em 7 de Abril de 2021;



- vii. O Acórdão do Tribunal Constitucional do Uganda de 19 de Agosto de 2021, que manda o Estado indemnizar as comunidades autóctones Batwa pelos despejos ilegais que sofreram na sequência da criação de reservas florestais e de zonas protegidas nas suas terras ancestrais ;
- viii. A adopção de uma Estratégia e Plano Nacional de Direitos Humanos como medida de protecção e promoção dos direitos humanos em Angola, e a entrada em vigor do Código de Processo Penal que penaliza a MGF e abole a discriminação;
- ix. A alteração à Lei de Processo Penal (1991) do Sudão, que prevê a proibição explícita da tortura de um acusado e a protecção contra a tortura;
- x. A iniciativa conjunta dos presidentes do Burundi e da República Democrática do Congo de colaborar em matéria de segurança no âmbito de actividades de grupos armados ao longo das fronteiras dos dois países ;
- xi. A atribuição em Junho de 2021 do estatuto «A» à Comissão Nacional Independente de Direitos Humanos do Burundi, em conformidade com os princípios das Nações Unidas relativos ao estatuto de instituições nacionais (Princípios de Paris) ;
- xii. O compromisso assumido pelo Chade na reunião bianual do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas sobre a pena de morte em 23 de Fevereiro de 2021, visando a ratificação do Segundo Protocolo Facultativo ao Convénio Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (ICCPR);
- xiii. A tomada de posse da primeira presidente da Tanzânia, o que representa um marco significativo na participação política e chefia das mulheres no país, e constitui mais um excelente exemplo na região da África Oriental e no continente no seu todo, no que se refere ao reconhecimento da igualdade de direitos das mulheres e raparigas ;
- xiv. A transição pacífica e democrática de poderes no Níger;
- xv. A organização com sucesso de eleições e transmissão pacífica de poderes em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe ;
- xvi. A formação de um governo provisório na Líbia, e o processo em curso visando a convocação de eleições nacionais em Dezembro de 2021;
- xvii. A decisão do Tribunal de Primeira Instância do Quênia que confirma a proibição da MGF;
- xviii. A elaboração de uma proposta de "*Plano Nacional de Desenvolvimento dos Povos Indígenas*" visando combater a pobreza e as desigualdades sociais dos povos indígenas nos Camarões;
- xix. A concessão da cidadania a mil seiscentos e setenta (1 670) membros da comunidade shona e a mil e trezentos (1 300) apátridas de origem ruandesa pelo Governo de Quênia;
- xx. A assinatura pelo presidente do Quênia da lei sobre os refugiados, autorizando-os a trabalhar ;
- xxi. A entrada em vigor de um novo Código Penal em Angola que penaliza explicitamente a tortura e os maus-tratos;
- xxii. O julgamento e condenação de três (3) milicianos na RDC por terem cometido múltiplos crimes de guerra, incluindo estupro em massa, homicídio, escravatura sexual, pilhagem e recrutamento de crianças-

- soldados. Estes crimes ocorreram nos territórios de Walikale e Masisi no Kivu do Norte, região oriental da RDC, entre 2010 e 2014;
- xxiii. A libertação de trezentos e vinte (320) prisioneiros pelo Zimbabwe;
  - xxiv. A decisão tomada por alguns Estados partes de se comutar penas de morte em penas de prisão perpétua, incluindo a Tanzânia (256), o Níger (19) e a Zâmbia (246);
  - xxv. A promulgação em 8 de Outubro de 2021 da lei que abole a pena de morte na República de Serra Leoa.
  - xxvi. O compromisso assumido pelo presidente da República Centro-Africana aquando da sua tomada de posse a 30 de Março de 2021 de continuar a envidar esforços visando a abolição da pena de morte;
  - xxvii. O apoio contínuo a uma moratória referente ao uso da pena de morte no continente, expresso na votação da Resolução A/RES/75/183 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de Dezembro de 2020; e
  - xxviii. O novo acordo de extradição que proíbe a pena de morte, assinado entre a França e a Argélia em Dezembro de 2018, em vigor desde 11 de Março de 2021.

### **Situação dos Direitos Humanos no contexto da pandemia da Covid-19**

- i. A forma rápida como foram concebidas vacinas seguras e eficazes contra a Covid-19, e a vacinação em curso em todo o continente;
- ii. A libertação de prisioneiros que haviam cumprido grande parte das penas, bem como de detidos a aguardar julgamento pelas autoridades de vários países, nomeadamente África do Sul, Angola, Camarões, RDC, Sudão do Sul e Zimbabwe com vista a descongestionar prisões e a travar a potencial propagação do vírus; e
- iii. O perdão concedido a cinco mil (5 000) prisioneiros como parte da clemência presidencial no Burundi, visando o descongestionamento das prisões.

### **B. Áreas preocupantes**

- i. A não apresentação de Relatórios Periódicos à Comissão em violação do artigo 62º da Carta Africana, havendo seis (6) Estados partes que ainda não apresentaram um único relatório ;
- ii. A não apresentação de relatórios periódicos por Estados partes à luz do Protocolo de Maputo e da Convenção de Kampala ;
- iii. A agitação civil que há muito perdura nos Camarões entre o governo, os combatentes anglófonos e o Boko Haram, o que continua a causar graves violações dos direitos de civis inocentes. De realçar, os ataques a edifícios escolares, os raptos que se multiplicam e a deslocação forçada de populações;
- iv. Os incessantes ataques e raptos violentos de estudantes na Nigéria, incluindo o recentemente noticiado rapto de trinta e nove (39) estudantes do Colégio Federal de Mecanização Florestal no Estado de Kaduna, e de 200 estudantes da escola islâmica de Salihu Tanko, no Estado do Níger em 30 de Maio de 2021 ;
- v. O uso excessivo da força pelas forças de segurança durante manifestações em alguns países, incluindo: África do Sul, Benim, Chade,

- Côte d'Ivoire, Eswatini, Guiné, Níger, Nigéria, Senegal, Togo Tunísia e Uganda.
- vi. A morte de dois indivíduos jovens que se encontravam sob custódia policial na República do Quénia ;
  - vii. As prisões e detenções sistémicas, o aumento da vigilância sobre redes sociais de defensores dos direitos humanos, o assédio judicial e os actos de intimidação e ameaças contra jornalistas e defensores dos direitos humanos em certos países do continente;
  - viii. A redução do espaço cívico e os ataques contra defensores dos direitos humanos, incluindo a morte de defensores dos direitos humanos em indústrias extractivas e agrícolas;
  - ix. Os relatos persistentes de ataques contra jornalistas e outros profissionais da comunicação social, incluindo homicídio, execuções extrajudiciais, tortura e outras formas de maus tratos, prisões e detenções arbitrarias, raptos, intimidações e vigilância ilegal por entidades estatais e não estatais ;
  - x. A utilização de leis contra o branqueamento de capitais e o terrorismo para reprimir organizações de defesa de direitos humanos, em particular as envolvidas em actividades relacionadas com eleições e as que lutam contra a corrupção, mormente: congelamento das contas bancárias de activistas #EndSARS na Nigéria, e de duas (2) ONG do Uganda envolvidas em actividades de observação eleitoral;
  - xi. A falta de legislação nacional sobre o direito de acesso à informação, dando lugar à falta de mecanismos legais e processuais de aplicação desse direito;
  - xii. A existência de leis penais sobre difamação agravada e insultos, constituindo isto um grave entrave à liberdade de expressão, podendo impedir o trabalho de jornalistas e de outros profissionais da comunicação social ;
  - xiii. O encerramento de serviços de Internet e de plataformas de redes sociais, especialmente durante eleições e protestos, desta forma impedindo jornalistas e defensores dos direitos humanos de darem conta de violações dos direitos humanos;
  - xiv. Relatos sobre actos de violência contra pessoas que sofrem de albinismo no Malawi, Moçambique e Zâmbia;
  - xv. Informações sobre uma nova ofensiva militar entre o Governo Federal Democrático da Etiópia e a Frente Popular de Libertação de Tigray (TPLF) na região de Tigray na Etiópia, incluindo informações sobre ataques aéreos (quatro numa semana) em Mekelle em Outubro de 2021;
  - xvi. A documentação de execuções extrajudiciais no continente, nomeadamente a descoberta de uma vala comum perto da vila de Djibo no norte do Burkina Faso, contendo cento e oitenta (180) corpos; a identificação pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Níger dos restos mortais de setenta e um (71) civis em valas comuns; a execução de civis suspeitos de pertencerem à Frente Popular de Libertação do Tigray, Etiópia; e informações divulgadas pela Divisão de Direitos Humanos e Protecção da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali sobre execuções extrajudiciais;
  - xvii. A persistência de conflitos civis, tensões tribais/étnicas e conflitos armados, ameaçando as condições de vida quotidiana de mulheres,

- particularmente no Sudão do Sul, Sudão e Etiópia, onde incidentes violentos de grandes proporções expõem as comunidades a um maior sofrimento, permitindo assim a instauração de violência sistemática, incluindo tendências que permitem e tornam normal a violência sexual contra mulheres e raparigas;
- xxviii. Relatos de violência sexual contra mulheres como arma de guerra na região do Tigray, na Etiópia, assolada por conflito ;
  - xix. Relatos de que pelo menos 948 civis foram mortos, feridos e raptados por grupos armados ou desapareceram enquanto sob custódia das forças de defesa e segurança no Mali entre Janeiro e Junho de 2021;
  - xx. Incidentes significativamente elevados de violência sexual recorrente e baseada no género, casamentos forçados e prematuros, e exploração sexual em troca de comida, água, produtos de higiene feminina, e medicamentos para salvar vidas em campos de pessoas deslocados internamente (PDI) em Borno, Adamawa, Yobe, e Abuja na Nigéria;
  - xxi. As significantes disparidades no acesso a serviços de saúde materna, incluindo a falta de parteiras experientes e de medicamentos essenciais, por parte de populações afectadas por conflitos;
  - xxii. A proibição de raparigas grávidas e mães adolescentes de frequentarem escolas na Tanzânia;
  - xxiii. Discriminação e desigualdade do género, aumentando a vulnerabilidade de mulheres e raparigas à epidemia do VIH, principalmente na sua capacidade de aceder a serviços e oportunidades de cuidados de saúde;
  - xxiv. O ataque à comunidade Batwa/Bambutu por um grupo armado não identificado na aldeia de Masini, província de Ituri, região leste da RDC, causando a morte de quarenta e seis (46) membros dessa comunidade ;
  - xxv. Violência envolvendo membros de populações /comunidades indígenas e forças de segurança da RDC em Kabamba, a 30 de Novembro de 2020, onde alguns jovens da aldeia de Lamera em Kalehe haviam organizado uma marcha pacífica;
  - xxvi. Informações indicando que em Julho de 2021, dois (2) membros da comunidade indígena Batwa e seis (6) milicianos foram mortos numa operação do exército para desalojar os Batwa do Parque Nacional Kahuzi-Biega, no leste da RDC;
  - xxvii. A ameaça de deslocação da comunidade Dinde em Hwange, Zimbabwe, das suas terras, e outras violações dos seus direitos devido a actividades mineiras;
  - xxviii. A insegurança generalizada no norte de Moçambique, as graves violações dos direitos humanos e os ataques armados dirigidos por grupos armados não ligados ao Estado, resultando na deslocação forçada de milhares de pessoas;
  - xxix. A progressão de duas políticas nacionais com consequências directas para os direitos de uso de terras indígenas na RDC. Informações indicam que tais políticas não protegem os direitos dos povos indígenas, incluindo direitos económicos, sociais e culturais, bem como direitos relacionados com o ambiente;
  - xxx. Os casos relatados de ataques violentos em Idohu, RDC, por rebeldes das Forças Democráticas Aliadas (ADF), que resultaram na morte de treze (13) pessoas, apesar do estado de sítio decretado pelo Parlamento congolês desde 6 de Maio de 2021 ;

- xxxi. Informações sobre ataques violentos contra os habitantes das aldeias de Tchoma-Bangou, Zaroumadareye, Darey-Daye, região de Tillaberi, e das aldeias tuareg de Intazayene, Bakorat e Wistane no Níger, alegadamente perpetrados por homens armados que se deslocavam em motocicletas ;
- xxxii. Contrabando de ouro que resulta em fluxos financeiros ilícitos no Zimbabwe;
- xxxiii. A falta de serviços públicos de qualidade e acessíveis, tais como cuidados de saúde, água e saneamento, alimentação e nutrição, habitação, educação e segurança social;
- xxxiv. A elevada taxa de desemprego e de falta de oportunidades, em particular entre os jovens ;
- xxxv. A utilização de crianças em trabalhos forçados na República do Gana. Informações indicam que milhares de rapazes são forçados a trabalhar no Lago Volta como escravos de pescadores. Muitos deles são vendidos pelos pais, somente por duzentos e cinquenta dólares (\$250). A Missão de Justiça Internacional estima em 50 000 o número de crianças a trabalhar na indústria da pesca no Gana, a maioria dos quais no Lago Volta;
- xxxvi. A persistente aplicação da pena de morte. Um caso recente foi a execução de dois (2) indivíduos em Gaborone, Botswana, e de onze (11) indivíduos na prisão de "Borg al-Arab" no Egito;
- xxxvii. A imposição de penas de morte, sendo os incidentes recentes as penas de morte pronunciadas em 15 de Maio de 2021 pelo Tribunal de Primeira Instância da Comuna de Gombe em Kinshasa, RDC, contra trinta pessoas, e as condenações à morte por fuzilamento de quatro pessoas, aplicadas pelo Tribunal Militar de Buea, Camarões;
- xxxviii. A situação de vinte e seis (26) pessoas no corredor da morte no Malawi que foram informadas, na sequência de uma decisão do Supremo Tribunal de Recurso de 28 de Abril de 2021, que já não estavam sujeitas a essa pena e que agora têm de suportar o efeito psicológico de uma nova decisão do Supremo Tribunal de Recurso de Agosto de 2021, que restabelece a pena de morte;
- xxxix. A persistente prática da escravatura no Mali, assente na descendência e em 'vestígios' ou 'legados', sujeitando as pessoas a tratamentos discriminatórios que violam a sua dignidade, particularmente sob a forma de abusos físicos, tortura psicológica, medidas vexatórias e humilhantes, violações da liberdade de circulação, da liberdade de casamento, de direitos de propriedade, do direito à saúde, e do direito à educação ;
- xl. A prisão arbitrária, detenção e discriminação contra pessoas LGBTQI que são excluídas de todas as políticas, incluindo cuidados de saúde universais, em certos países;
- xli. A discriminação e a exclusão material, política e civil de que é vítima o grupo étnico Haratine, bem como os africanos negros na Mauritânia devido à sua origem e casta;
- xlii. A persistência de conflitos no continente, particularmente na região etíope de Tigray, nos Camarões, Sudão do Sul, Sudão, Somália, RDC, Níger, Burkina Faso e Nigéria, resultando no aumento de casos de desaparecimentos forçados de pessoas e de deslocados em massa;

- xliii. A recusa da Tanzânia em conceder protecção a refugiados e o encerramento das suas fronteiras, em violação do princípio de não devolução ;
- xliv. A realização inadequada dos direitos económicos, sociais e culturais, resultando em sistemas de educação e cuidados de saúde de baixa qualidade, desemprego, investimentos débeis e situações generalizadas de pobreza e subemprego no continente.
- xlv. A situação de seca em Madagáscar, causadora de uma crise alimentar e que coloca um milhão de pessoas na zona remota austral da ilha em risco de fome.

### **Situação dos Direitos Humanos no contexto da pandemia da Covid-19**

61. Embora elogiando as medidas adoptadas pelos Estados partes para conter a propagação do corona vírus e atenuar os efeitos da pandemia, a Comissão lamenta a ocorrência de violações dos direitos humanos durante na presente fase, incluindo:

- i. Acesso limitado a vacinas por países e comunidades de baixo rendimento. Há países que apenas receberam cerca de 4,5% de vacinas de que a população necessita; e a recusa de prescindir temporariamente das patentes da Covid-19, por conseguinte limitando o acesso a vacinas;
- ii. Informações sobre violações dos direitos humanos no contexto da persistência de estados de emergência, catástrofe e calamidade declarados em muitos Estados partes no âmbito da pandemia da Covid-19, incluindo: desafios ao Estado de Direito; uso de poderes legislativos extraordinários para impor limitações e restrições, e o contornar de protecções constitucionais; a falta de fiscalização adequada de prorrogações de estados de emergência e de calamidade; o uso das forças armadas para fazer cumprir as medidas de emergência no âmbito da Covid-19; a aplicação discriminatória de medidas contra determinadas pessoas e grupos; violações de direitos socioeconómicos; acesso restrito a locais de detenção; restrições no acesso à justiça; violência baseada no género; e restrições indevidas ao direito à liberdade de associação e reunião, e à participação eleitoral;
- iii. O uso excessivo da força por agentes a cargo da aplicação da lei no âmbito da execução das medidas em resposta à Covid-19, tais como as ordens de confinamento e de recolher obrigatório, e o uso contínuo da detenção como forma de penalizar a violação dos regulamentos da Covid-19, tendo sido reportados casos de brutalidade policial resultando em homicídios, tortura, detenções arbitrárias e quarentena forçada imposta a pessoas que violem tais medidas;
- iv. As contínuas restrições à liberdade de expressão e de imprensa, e a detenção muitas vezes prolongada de activistas da sociedade civil, bem como acções judiciais injustificadas movidas contra jornalistas sob o pretexto da aplicação dos regulamentos da Covid-19;
- v. O fornecimento inadequado de equipamento de protecção contra a Covid-19, e o acesso impróprio a instalações de saneamento básico e de água potável em prisões;

- vi. O impacto negativo da pandemia da Covid-19 nos direitos sociais e económicos, cuidados de saúde, água e saneamento, alimentação e nutrição, habitação, educação, e segurança social;
- vii. O impacto perturbador da Covid-19 nos serviços de VIH, incluindo a despistagem, o início do tratamento e encaminhamento;
- viii. O aumento da taxa de violação de raparigas em muitos países africanos devido às medidas de confinamento que foram impostas;
- ix. O aumento da taxa de raparigas que não frequentam escolas devido a casamentos prematuros e de casos de gravidez, situação exacerbada pela Covid-19; e
- x. O aumento do número de mulheres assassinadas na África do Sul durante a pandemia, especialmente em 2020.

### C. RECOMENDAÇÕES

62. Face ao acima exposto, a Comissão recomenda o seguinte:

#### a) Estados Partes

- i. Relativamente a Estados partes que ainda não o fizeram, ratificar, aplicar e integrar os vários instrumentos de direitos humanos da UA, em particular o Protocolo de Maputo; a Convenção de Kampala; a Carta para a Renascença Cultural Africana; o Protocolo anexo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Pessoas Idosas em África; o Protocolo anexo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências em África; o Protocolo anexo ao Tratado que estabelece a Comunidade Económica Africana Relativo à Livre Circulação de Pessoas, ao Direito de Residência e ao Direito de Estabelecimento; e a Convenção da OUA que Rege Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África;
- ii. Ratificar o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, com vista à abolição da pena de morte, e nesta conformidade harmonizar as leis nacionais;
- iii. Apoiar a adopção dos projectos de protocolos anexos à Carta Africana sobre os Direitos dos Cidadãos à Protecção Social e Segurança Social, e o projecto de Protocolo anexo à Carta Africana sobre Aspectos Específicos do Direito à Nacionalidade e à Erradicação da Apatridia em África;
- iv. Retirar reservas que tenham manifestado quanto ao Protocolo de Maputo a fim de permitir que os seus cidadãos usufruam em pleno dos direitos previstos nesse instrumento;
- v. Apresentar Relatórios Periódicos de Estado de acordo com as pertinentes Directrizes da Comissão, incluindo as Directrizes e Princípios de Apresentação de Relatórios de Estado relativos aos artigos 21º e 24º da Carta Africana sobre Indústrias Extractivas, Direitos Humanos e Ambiente;
- vi. Apresentar Relatórios Periódicos de Estado à Comissão nos termos do artigo 26º do Protocolo de Maputo e em conformidade com as *Directrizes para Apresentação de Relatórios de Estado ao abrigo do Protocolo de Maputo anexo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África*. Isto dará à Comissão a oportunidade de fiscalizar o nível de execução dos direitos previstos nessas Directrizes por meio de um envolvimento bilateral construtivo com o Estado parte, e

- de fazer recomendações com vista a assegurar uma protecção mais eficaz desses direitos;
- vii. Executar as recomendações e decisões da Comissão, em particular as que constam de Observações Finais, Apelos Urgentes, Resoluções e Queixas;
  - viii. Incrementar a interacção com a Comissão, inclusivamente mediante a autorização de missões de promoção em conformidade com o artigo 45º da Carta Africana;
  - ix. Acelerar a adopção de legislação sobre o direito de acesso à informação, em conformidade com as normas internacionais e tal como explicado na Lei Modelo da Comissão sobre o Acesso à Informação em África, e pôr em prática mecanismos para garantir o seu eficaz cumprimento;
  - x. Garantir a segurança dos jornalistas e de outros profissionais da comunicação social, e criar um ambiente propício ao exercício da sua profissão, especialmente durante períodos eleitorais;
  - xi. Absterem-se de qualquer acção que prejudique o direito de acesso ou de comunicação sem impedimentos com organismos regionais e internacionais de direitos humanos, e de quaisquer actos de intimidação e represálias contra pessoas que trabalhem com organismos de direitos humanos;
  - xii. Absterem-se de bloquear, interromper ou restringir o acesso a serviços de telecomunicações, tais como a Internet, plataformas de redes sociais e de serviços de mensagens, especialmente durante períodos eleitorais, como vem indicado na versão revista da Declaração sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação em África, e na Resolução 362 (LIX) 2016 sobre o Direito à Informação e de Expressão através da Internet em África;
  - xiii. Absterem-se de bloquear ou de limitar o acesso a serviços de Internet ou de plataformas de redes sociais, especialmente durante períodos eleitorais e/ou processos eleitorais ;
  - xiv. Tomar todas as medidas necessárias para assegurar que os defensores dos direitos humanos realizem as suas actividades livres de qualquer ameaça à sua integridade física e moral;
  - xv. Instituir mecanismos apropriados para a reparação de danos sofridos por defensores dos direitos humanos no decurso do trabalho que realizam;
  - xvi. Sensibilizar todos os titulares de cargos oficiais sobre os princípios enunciados na Declaração de Princípios da Liberdade de Expressão e Acesso à Informação em África;
  - xvii. Sensibilizar e capacitar as várias entidades, incluindo os defensores dos direitos humanos, sobre as leis e regulamentos que regem a promoção e protecção dos direitos humanos ;
  - xviii. Revogar, com carácter de urgência, leis de difamação criminal ou leis sobre insultos que impedem a liberdade de expressão, tal como estipulado na Carta Africana, na Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação em África e na Resolução 169 (XLVIII) 10 sobre a revogação das leis que criminalizam a difamação em África;
  - xix. Assegurar que as medidas tomadas pelos Estados para combater o terrorismo em África conformam com a Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão em África e a Resolução 88 sobre a Protecção dos Direitos Humanos e do Estado de Direito;



- xx. Cooperar com outros Estados partes, sociedades civis e organizações internacionais e regionais, para impedir e combater o terrorismo e as violações dos direitos humanos relacionadas com o combate ao terrorismo, e restaurar a paz e a segurança;
- xxi. Adotar medidas legislativas e outras para a plena realização dos direitos económicos, sociais e culturais em conformidade com a Carta Africana, os Princípios e Directrizes sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, as Directrizes sobre o Direito à Água em África e outras normas regionais e internacionais de direitos humanos, em todos os momentos, incluindo períodos de crises de saúde pública;
- xxii. Criar oportunidades de emprego, em particular para os jovens;
- xxiii. Assegurar o acesso à habitação e abrigo por todos, incluindo os mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade;
- xxiv. Assegurar o acesso à educação por todos a qualquer nível do sistema de educação;
- xxv. Reformar os sistemas de cuidados de saúde e proporcionar acesso a cuidados de saúde, incluindo instalações e serviços de saúde adequados e eficazes para todos;
- xxvi. Tomar medidas e viabilizar o acesso à água, saneamento e outras necessidades básicas de cuidados de saúde, como condições para salvaguardar a saúde e a vida do público;
- xxvii. Assegurar que todos os planos nacionais de desenvolvimento, incluindo mecanismos de fiscalização e avaliação de tais planos, sejam movidos por princípios de direitos humanos e tenham em conta os deveres decorrentes da Carta Africana, da Agenda 2063 e dos Objectivos de Desenvolvimento Duradouro;
- xxviii. Adotar políticas que promovam e protejam eficazmente os direitos dos defensores de direitos humanos autóctones. Tais políticas devem ser elaboradas com a participação plena e efectiva dos povos e comunidades indígenas enquanto titulares de direitos;
- xxix. Adotar leis que lidem com várias questões que afectam os direitos das populações e comunidades indígenas; e adoptar ainda estratégias para a sua aplicação execução;
- xxx. Garantir os direitos ao ambiente, aos recursos e à terra dos povos indígenas (incluindo o direito deles ao consentimento livre, prévio e fundamentado) e conceder reparação por qualquer desapropriação de terras ancestrais que tenha ocorrido antes da promulgação da Lei dos Povos Indígenas;
- xxxi. Assegurar uma investigação e processamento judicial eficazes de pessoas responsáveis pela prática de execuções extrajudiciais, proporcionando assim justiça às famílias das vítimas;
- xxxii. Intensificar esforços e medidas de âmbito nacional para eliminar a lacuna na igualdade do género, incluindo a garantia da igualdade de representação das mulheres na vida pública e em posições de chefia e de tomada de decisões;
- xxxiii. Promover o emprego de mulheres na polícia e nos serviços prisionais;
- xxxiv. Divulgar e aplicar a Estratégia da União Africana para a Igualdade de Género e Capacitação das Mulheres (GEWE) no âmbito da Agenda 2063 da União Africana;

- xxxv. Assegurar que os esforços nacionais de integração do género sejam abrangentes e incluam todas as categorias de mulheres, especialmente as das comunidades rurais, mulheres idosas, mulheres em situação aflitiva e mulheres com deficiências;
- xxxvi. Adotar abordagens assentes nos direitos humanos às respostas ao VIH para garantir que ninguém seja esquecido, em particular crianças, raparigas adolescentes e mulheres, grupos específicos de populações que correm maior risco de infecção pelo VIH e pessoas que vivem em áreas remotas;
- xxxvii. Intensificar os investimentos, políticas e acções no sector da educação, e intervenções multissetoriais de âmbito global destinadas a raparigas adolescentes e mulheres jovens, a fim de evitar o VIH e obter benefícios económicos e sociais;
- xxxviii. Tomar as medidas necessárias para aumentar a dotação financeira para o sector da saúde em geral e para os serviços de HIV em particular, conforme o acordado na Declaração de Abuja de 2001;
- xxxix. Intensificar as respostas à Covid-19, incluindo as vacinações, dando assim prioridade adequada às respostas existentes ao VIH.
  - xl. Lidar com as barreiras culturais e patrimoniais existentes que impedem as mulheres e raparigas de aceder a serviços de saúde reprodutiva, incluindo os serviços de aborto sem risco, especialmente durante o presente período da pandemia da Covid-19;
  - xli. Trabalhar em parceria com Organizações da Sociedade Civil para expandir a execução da Campanha da Comissão Africana para a Descriminalização do Aborto em África, que apela à revogação de leis sobre o aborto, contrárias ao artigo 14º do Protocolo de Maputo e violam os direitos humanos de mulheres e raparigas;
  - xliv. Criminalizar a tortura e outros maus tratos, de acordo as Directrizes de Robben Island e a UNCAT ;
  - xlvi. Tomar medidas para melhorar as condições de detenção de acordo com as Directrizes sobre Condições de Detenção, Custódia Policial e Prisão Preventiva em África (as Directrizes de Luanda);
  - xliv. Instaurar medidas que garantam o acesso à justiça e a fiscalização da protecção de direitos em locais de detenção;
  - xliv. Adotar medidas e quadros jurídicos eficazes para impedir, combater e pôr termo a execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrarias e a desaparecimentos forçados numa base permanente;
  - xlvi. Rever leis nacionais com vista a proteger as pessoas de desaparecimentos forçados, tortura e outros maus tratos, proibindo a detenção em regime incomunicável; prisão solitária prolongada, e criminalizando o uso de centros de detenção secretos ou não autorizados, de acordo com as Directrizes de Robben Island e o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura (OPCAT);
  - xlvi. Evitar a utilização de leis gerais tais como a legislação contra o terrorismo, leis de estado de emergência e outras leis de segurança do Estado para efectuar detenções arbitrarias, buscas e detenções contrárias às normas internacionais e regionais;
  - xlvi. Respeitar e proteger os direitos de pessoas ou grupos expostos a um elevado risco de actos de tortura e outros maus tratos, em particular pessoas com albinismo, pessoas com deficiências, lésbicas, gays,

- bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI), migrantes, refugiados e deslocados internos, e assegurar que os perpetradores sejam responsabilizados;
- xlix. Redobrar esforços para proteger e prestar assistência a refugiados, pessoas em busca de asilo, deslocados internos e migrantes, com vista a restaurar a sua dignidade;
- I. Respeitar o princípio da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e da Convenção da OUA que Rege Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África, o qual defende a não devolução de refugiados;
  - li. Aplicar os objectivos consagrados no Pacto Mundial sobre Refugiados e adoptar medidas para evitar a deslocação forçada de pessoas, independentemente da origem da deslocação;
  - lii. Iniciar investigações rápidas, meticulosas, independentes e imparciais de todas as alegações de tortura e outros maus tratos, e assegurar que os autores sejam responsabilizados;
  - liii. Assegurar que as vítimas de tortura e outros maus tratos tenham direito a todas as formas de reparação, incluindo restituição, compensação, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição, em conformidade com o Comentário Geral nº 4 à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos;
  - liv. Pôr fim à prática do trabalho infantil, especialmente nas indústrias pesqueira e mineira;
  - lv. Investigar eficazmente todos os casos de tráfico, exploração e trabalho infantil e levar todos os autores à justiça;
  - lvi. Providenciar reabilitação e acesso à educação a todas as crianças que tenham sido traficadas e sujeitas a trabalho infantil;
  - lvii. Assegurar que todos os réus que enfrentam a pena de morte tenham acesso a processos judiciais que satisfaçam as normas internacionais e regionais de aplicação da lei em conformidade com os procedimentos previstos, e de julgamento justo;
  - lviii. Suspender a execução de pessoas a aguardar o cumprimento da pena de morte e observar uma moratória sobre a aplicação da pena de morte relativamente a governos que ainda mantêm a pena de morte;
  - lix. Reforçar, a nível nacional, o quadro jurídico de protecção do direito à vida e à dignidade, apoiando a adopção da proposta de Protocolo anexo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre a Abolição da Pena de Morte a todos os níveis dos procedimentos internos da UA;
  - lx. Adoptar um quadro legislativo transparente para regular o uso da força por agentes a cargo da aplicação da lei e outros intervenientes, em conformidade com as normas internacionais, incluindo os princípios da necessidade e da proporcionalidade;
  - lxi. Criar ou designar um Instituto Civil Independente de Supervisão da Polícia em que os civis possam aceder livremente e denunciar/comunicar sobre casos de abuso e violência cometidos por agentes da polícia;
  - lxii. Trabalhar no sentido de se iniciar uma revisão de leis, o que permitiria a descriminalização de pequenos delitos, que geralmente criminalizam a pobreza, inclusivamente o consumo de drogas leves;
  - lxiii. Conceber programas adequados de formação no domínio dos direitos humanos, quer na fase de admissão, quer no local de trabalho, para

- agentes da polícia, e integrar a formação em acções de aplicação da lei durante estados de emergência, calamidades e outras catástrofes ;
- lxiv. Adotar leis e programas de gestão de riscos e outras catástrofes, que conformem com as normas internacionais de direitos humanos;
  - lxv. Fazer uso das Directrizes para o Policiamento de Locais de Reunião por Entidades a Cargo da Aplicação da Lei em África e das Directrizes e Medidas para a Proibição e Prevenção da Tortura e Tratamento ou Castigos Cruéis, Desumanos ou Degradantes em África (Directrizes de Robben Island) com vista a garantir que o uso da força pelas Forças de Segurança Pública conforma com os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e responsabilidade e não põe em perigo a vida humana ;
  - lxvi. Criar ou designar organismos nacionais independentes mandatados para efectuar visitas regulares a prisões e deferir pedidos de visitas a prisões por organizações da sociedade civil e outras partes interessadas;
  - lxvii. Dotar prisões e outros locais de detenção de recursos financeiros, renovar e construir novas prisões em conformidade com a versão revista dos Regulamentos Normativos Mínimos para Tratamento de Prisioneiros (os Regulamentos de Mandela) para melhorar as normas/condições de detenção, tendo em conta o período pós-pandémico;

**b) Ao CRP**

- i. Dar continuidade aos contactos com os Órgãos e Instituições da UA com mandatos em matéria de direitos humanos e governação a fim de melhorar a coordenação e colaboração, especialmente a melhoria da sinergia entre a Arquitectura de Governação Africana e a Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA), em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec. 1279(XXXVIII).

**c) À CUA**

- i. Reconhecer o papel essencial dos defensores dos direitos humanos na execução eficaz dos princípios democráticos, do Estado de direito, da boa governação e do desenvolvimento duradouro em África, e encorajar os Estados membros e os órgãos da UA a realizar campanhas de sensibilização sobre o papel fundamental desempenhado pelos defensores dos direitos humanos;
- ii. Criar espaço para o diálogo entre os Estados e as principais entidades da área dos direitos humanos sobre desafios, boas práticas e progresso na promoção e protecção dos direitos humanos no continente;
- iii. Incentivar e apoiar a plena colaboração entre os mecanismos nacionais, regionais e internacionais de direitos humanos;
- iv. Aplicar a Posição Comum Africana (ACP) sobre Eficácia Humanitária, adoptada em Janeiro de 2016 na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, incluindo a criação da Agência Humanitária Africana;
- v. Tomar medidas para viabilizar e finalizar o processo de adopção do Projecto de Protocolo anexos à Carta Africana sobre a Abolição da Pena de Morte, do Projecto de Protocolo sobre os Direitos dos Cidadãos à Protecção Social e à Segurança Social, e do Projecto de

- Protocolo sobre Aspectos Específicos do Direito à Nacionalidade e da Erradicação da Apatridia em África; e
- vi. Aderir à perspectiva de uma governação global e regional de migração, em particular através da aplicação do quadro da Política de Migração para África e do respectivo Plano de Acção.

**Recomendações relacionadas com a pandemia da Covid-19 :**

**a) Aos Estados Partes:**

- i. Tomar todas as medidas para garantir o respeito e proteger o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação, assegurando o acesso à Internet e a serviços de redes sociais, especialmente durante a pandemia da Covid-19;
- ii. Viabilizar o acesso a vacinas contra a Covid-19 a todos os migrantes (incluindo migrantes económicos, pessoas em trânsito em busca de asilo), em conformidade com a nota orientadora adoptada pelas Nações Unidas e por mecanismos africanos e interamericanos;
- iii. Prestação contínua de cuidados de saúde essenciais, incluindo cuidados de saúde sexual e reprodutiva, durante a pandemia;
- iv. Assegurar que todas as pessoas vulneráveis tenham acesso a programas de saúde e estejam incluídas nos planos nacionais de resposta à pandemia da Covid-19;
- v. Assegurar que os testes e quaisquer tratamentos, tais como vacinas, concebidos para a Covid-19 sejam adquiríveis e acessíveis a todos, garantindo ainda que os hospitais e os que prestam cuidados de saúde dispõem de recursos adequados para tais fins;
- vi. Dar prioridade à protecção de mulheres e crianças na concepção, planeamento, elaboração e execução de medidas nacionais de resposta à Covid-19, bem como empregar abordagens sensíveis à igualdade dos sexos a fim de dar protecção adequada aos direitos das mulheres e raparigas, tal como disposto na Carta Africana, no Protocolo de Maputo e em outros instrumentos pertinentes de direitos humanos;
- vii. Criar redes de segurança social para grupos vulneráveis como forma de mitigar a perda de meios de subsistência e assegurar o acesso a necessidades básicas, tais como alimentação, água e saneamento adequado;
- viii. Absterem-se de recorrer erroneamente à pandemia da Covid-19 para justificar restrições e outros actos que correspondam a maus tratos;
- ix. Introduzir educação sexual abrangente, apropriada à idade para adolescentes matriculados em escolas e para as que não frequentam escolas, a fim de travar a elevada taxa de gravidez involuntária de adolescentes e de mortalidade materna, situação exacerbada pela pandemia da Covid-19;
- x. Aderir e cumprir as Directrizes Provisórias da Organização Mundial de Saúde sobre Preparação, Prevenção e Controlo da Covid-19 em prisões e outros locais de detenção;
- xi. Criar condições favoráveis e assegurar a distribuição equitativa da vacina de modo a atingir populações identificadas como prioritárias;

- xii. Incorporar uma perspectiva de género em todas as estratégias utilizadas na distribuição de vacinas para garantir o acesso de todos sem discriminação;
- xiii. Melhorar os serviços de saúde e os sistemas de saúde, bem como aperfeiçoar os programas de vacinação com vista a prestar melhores serviços;
- xiv. Assegurar que as estratégias referentes à vacina da Covid-19 sejam parte integrante dos orçamentos dos Estados, sem interferir em outros orçamentos de imunização de rotina;
- xv. Prescindir das patentes da vacina contra a Covid-19 a fim de limitar as restrições ao seu acesso; e
- xvi. Assegurar o cumprimento da Resolução 449 da SADC sobre direitos humanos como pilar central de uma resposta bem-sucedida à Covid-19 e de recuperação dos seus impactos socioeconómicos, inclusivamente no que se refere ao cumprimento dos princípios da legalidade, necessidade, razoabilidade, proporcionalidade e precaução.

#### **b) À CUA**

- i. Assegurar o acesso e distribuição equitativos de vacinas aprovadas contra a Covid-19 a todo o pessoal dos Órgãos e Instituições da UA, incluindo escritórios regionais.

### **XIV. SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA COMISSÃO**

#### **a) Funcionários**

63. A falta de pessoal no Secretariado é um dos factores que prejudica a capacidade produtiva da Comissão e do Secretariado em áreas-chave do seu trabalho. A Comissão saúda a Decisão **EX.CL/DEC. 1097(XXXVII)** do Conselho Executivo, adoptada na sua 37ª Sessão Ordinária realizada de forma virtual em Outubro de 2020, que autoriza a CADHP a recrutar o seu próprio pessoal de base com a assistência do Comité de Peritos de Recrutamento (R10) da UA, e em conformidade com os procedimentos de recrutamento da União Africana.

64. Para esse efeito, foram publicados convites à apresentação de candidaturas a oito (8) postos que se encontram vagos. O prazo de apresentação de candidaturas referentes aos anúncios mais recentes encerrou a 20 de Dezembro de 2021. Os postos referem-se a : 3 Intérpretes/Tradutores (P4), 2 Juristas Seniores (P3), 1 Jurista (P2), 1 Oficial de Base de Dados de Queixas (P1) e 1 Secretária (GSA4). O processo de recrutamento está em curso.

65. Tendo em vista a aplicação eficaz da decisão do Conselho Executivo (EX.CL/DEC. 1097(XXXVII)), a Comissão endereçou um pedido ao Presidente da CUA para que a CADHP criasse a sua própria Comissão de Nomeações, Promoções e Recrutamento (APROB). Caso venha a ser aprovada, esta Comissão não só irá remediar o atraso excessivo que se verifica no recrutamento de pessoal com base no

organigrama actual, como também permitirá que a CADHP funcione nos mesmos moldes de outros organismos.

## **XV. CUMPRIMENTO DE DECISÕES**

### **Recomendações do Retiro Conjunto entre o CRP e a Comissão**

66. Na sequência da Decisão EX.CL/1015(XXXIII) do Conselho Executivo, adoptada na sua 34ª Sessão Ordinária realizada de forma virtual em Adis Abeba, Etiópia, em Fevereiro de 2019, em que a CADHP foi solicitada a apresentar informações sobre a aplicação das recomendações do Retiro Conjunto CADHP – CRP realizado em Junho de 2018, a Comissão gostaria de realçar que os laços entre a CADHP e os Estados partes foram ainda mais reforçados. A Comissão regozija-se com a convocação de um retiro conjunto com o PRC, para dar seguimento às questões já abordadas.

67. A Comissão informa ainda que a versão revista do Regulamento Processual (2020), que foi adoptada durante a 27ª Sessão Extraordinária, de acordo com o nº 2 do artigo 42º da Carta Africana, e que entrou em vigor a 2 de Junho de 2020, nos termos do artigo 145º desse Regulamento, passou a ser utilizada.

### **Decisões do Conselho Executivo**

#### *a) Construção da Sede da Comissão*

68. Em conformidade com a decisão **Ex.Dez.1045 (XXXIV)** do Conselho Executivo, adoptada na sua 34ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Fevereiro de 2019, o Secretariado da Comissão contactou o Governo da Gâmbia a fim de discutir as modalidades de mobilização dos fundos necessários para a construção da sua Sede.

69. A Comissão toma nota da visita de avaliação efectuada em 5 de Março de 2021 pelos ministros dos negócios estrangeiros e da justiça da República da Gâmbia às instalações que albergam o Secretariado da CADHP. A Comissão saúda o compromisso por eles assumido em dar seguimento à mobilização de recursos destinados à construção de uma sede permanente da CADHP. Para o efeito, a Comissão insta o Governo da Gâmbia a acelerar os procedimentos referentes à construção da sua sede, de acordo com as decisões do Conselho Executivo.

#### *b) Estatuto da Comissão*

70. A Decisão do Conselho Executivo **EX.CL. Dez. 1080 (XXXVI)**, adoptada na sua 36ª Sessão Ordinária realizada de forma em Adis Abeba, Etiópia, em Fevereiro de 2020, solicita à Comissão que informe sobre o cumprimento do parágrafo 8º da Decisão da Assembleia (**Assembly/AU/Dez.200 (XI)**), que estipula, "o estatuto da

*CADHP como órgão da UA a ser regularizado*". O cumprimento desta decisão será examinado no decurso dos próximos contactos com a Unidade de Reformas Institucionais da UA, sobre reformas a introduzir na Comissão, previstos para antes de Dezembro de 2021, devendo um relatório ser apresentado à Assembleia da UA em Fevereiro de 2022.

#### **XVI. DATA DAS 70ª e 71ª SESSÕES ORDINÁRIAS DA COMISSÃO**

71. A 70ª Sessão Ordinária da Comissão realizar-se-á de forma virtual de 23 de Fevereiro a 9 de Março de 2022. Os pormenores sobre a 71ª Sessão Ordinária serão em devido tempo divulgados através do portal electrónico da Comissão.



**Anexo I****Lista de Membros da Comissão em Exercício de Funções**

<b>Nº</b>	<b>Nome</b>	<b>País</b>	<b>Data de Nomeação</b>
1	Comissário Rémy Ngoy Lumbu	República Democrática do Congo	2017
2	Comissária Maya Sahli-Fadel	Argélia	2011
3	Comissário Solomon Ayele Dersso	Etiópia	2015
4	Comissário Hatem Essaiem	Tunísia	2017
5	Comissária Maria Teresa Manuela	Angola	2017
6	Comissário Mudford Zachariah Mwandenga	Zâmbia	2020
7	Comissária Marie Louise Abomo	Camarões	2020
8	Comissária Janet Ramatoulie Sallah-Njie	Gâmbia	2021
9	Comissária Ourveena Geereesha TOPSY-SONOO	Maurícia	2021
10	Comissário Idrissa Sow	Senegal	2021

## Anexo II

## Desagregação Geográfica de todas as Queixas Pendentes

África Oriental		África Setentrional		África Central		África Austral		África Ocidental	
Comores	2	Argélia	1	Burundi	27	Angola	2	Benim	1
Jibuti	1	Líbia	3	Camarões	20	Botswana	1	Burkina Faso	0
Quênia	14	Egipto	56	Gabão	5	Eswatini	1	Cabo Verde	2
Eritreia	3	Mauritânia	2	Chade	1	Lesoto	1	Côte d'Ivoire	0
Etiópia	10	RASD (República Árabe Saharaui Democrática)	0	Guiné Equatorial	0	Malawi	0	Gâmbia	0
Madagáscar	1	Tunísia	0	República Centro-Africana	0	Moçambique	1	Gana	1
Maurícia	4			República Democrática do Congo	14	Namíbia	2	Guiné	0
Rwanda	1			República do Congo	2	República da África do Sul	7	Guiné-Bissau	0
Seicheles	0			São Tomé e Príncipe	0	Zâmbia	3	Libéria	0
Somália	1					Zimbabwe	1	Mali	1
Sudão do Sul	0							Níger	0
Sudão	11							Nigéria	8
Tanzânia	0							Senegal	1
Uganda	2				0			Serra Leoa	1
								Togo	1
<b>Total</b>	<b>50</b>		<b>62</b>		<b>69</b>		<b>19</b>		<b>16</b>

## Anexo III

### **Lista de Comunicados à Imprensa/Declarações emitidos no período abrangido pelos presentes relatórios**

1. Declaração Conjunta sobre Direito à Liberdade de Reunião Pacífica e Governação Democrática; 10 de Dezembro de 2020.
2. Comunicado Conjunto à Imprensa sobre as obrigações dos Estados de responder a exigências públicas e garantir a liberdade de reunião pacífica; 12 de Dezembro de 2020.
3. Comunicado à Imprensa em que proeminentes peritos em direitos humanos apelam à aplicação há muito esperada dos Regulamentos de Banguécoque das Nações Unidas uma década após a sua adopção; 12 de Dezembro de 2020.
4. Comunicado à Imprensa sobre despejos forçados de refugiados burundianos pelas autoridades tanzanianas; 16 de Dezembro de 2020.
5. Declaração à Imprensa sobre o rapto de mais de 300 estudantes em Kankara, Estado de Katsina, República Federal da Nigéria; 16 de Dezembro de 2020.
6. Declaração à Imprensa sobre o Dia Internacional do Migrante: Os migrantes devem ser incluídos em todos os planos de recuperação da Covid-19; 18 de Dezembro de 2020.
7. Comunicado à Imprensa sobre a Detenção dos Defensores dos Direitos Humanos Pertencentes ao Movimento de Cidadãos Lucha na República Democrática do Congo; 22 de Janeiro de 2021.
8. Declaração à Imprensa sobre a detenção e prisão preventiva do Sr. Hopewell Chin'ono; 22 de Janeiro de 2021.
9. Comunicado à Imprensa sobre ataques de Djihadist no norte do Níger; 28 de Janeiro de 2021.
10. Comunicado à Imprensa sobre perda de vidas (acidente de viação) na cidade de Dschang, Camarões; 3 de Fevereiro de 2021.
11. Declaração à Imprensa sobre ataque contra jornalistas ugandeses em Kampala; 20 de Fevereiro de 2021.
12. Declaração à Imprensa sobre o rapto de mais de 300 estudantes em Jangebe, Estado de Zamfara, República Federal da Nigéria; 27 de Fevereiro de 2021.

13. Declaração sobre os Direitos das Mulheres em África por ocasião do Dia Internacional das Mulheres; 8 de Março de 2021.
14. Comunicado à Imprensa sobre Protestos no Senegal; 9 de Março de 2021.
15. Declaração à Imprensa sobre uso excessivo da força pelos Serviços de Polícia da África do Sul; 16 de Março de 2021.
16. Comunicado à Imprensa sobre a situação de instabilidade militar em Palma, Província de Cabo Delgado, República de Moçambique; 30 de Março de 2021.
17. Declaração sobre o 27º aniversário da comemoração do Genocídio de 1994 contra os Tutsi no Ruanda; 6 de Abril de 2021.
18. Declaração à Imprensa sobre a ameaça de deslocação da Comunidade Dinde das suas terras em Hwange, Zimbabue, devido a actividade mineira; 29 de Abril de 2021.
19. Comunicado à Imprensa sobre a situação dos direitos humanos no Chade; 1 de Maio de 2021.
20. Declaração à Imprensa sobre a comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa; 03 de Maio de 2021.
21. Comunicado à Imprensa sobre o golpe de Estado no Mali; 26 de Maio de 2021.
22. Declaração à Imprensa sobre o rapto de cerca de 200 crianças em idade escolar em Tagina, Estado do Níger, República Federal da Nigéria; 31 de Maio de 2021.
23. Declaração sobre a Carta de Apelo Urgente enviada à República Federal da Nigéria; 11 de Junho de 2021.
24. Declaração à Imprensa sobre o lançamento oficial da Comissão de Inquérito na Região de Tigray na República Federal Democrática da Etiópia; 15 de Junho de 2021.
25. Comunicado à Imprensa sobre a prisão e detenção arbitrárias de 21 LGBT + Defensores dos Direitos Humanos no Gana; 15 de Junho de 2021.
26. Declaração por ocasião da Celebração do Dia Mundial do Refugiado; 20 de Junho de 2021.
27. Comunicado à Imprensa sobre a Celebração do 40º Aniversário da Adopção da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; 24 de Junho de 2021.

28. Declaração por ocasião do Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura; 26 de Junho de 2021.
29. Declaração por ocasião do Dia Internacional de Tomada de Consciência sobre o Albinismo; 27 de Junho de 2021.
30. Declaração do Presidente da CADHP proferida por ocasião do 40º Aniversário da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; 28 de Junho de 2021.
31. Declaração à Imprensa sobre a Situação na África do Sul; 15 de Julho de 2021.
32. Declaração à Imprensa sobre a situação dos direitos humanos no Reino de Eswatini; 17 de Julho de 2021.
33. Comunicado conjunto sobre a crise de deslocações em Moçambique e o regresso forçado da Tanzânia; 16 de Julho de 2021.
34. Declaração à Imprensa sobre a situação na Tanzânia; 28 de Julho de 2021.
35. Declaração por ocasião do Dia Pan-Africano das Mulheres; 31 de Julho de 2021.
36. Comunicado à Imprensa sobre as mortes ocorridas durante os confrontos em regiões comunais na República do Djibuti; 11 de Agosto de 2021.
37. Comunicado à Imprensa sobre o assassinato de um estudante por um agente da polícia em Kinshasa, República Democrática do Congo; 11 de Agosto de 2021.
38. Comunicado à Imprensa sobre o assassinato do jornalista Joël Musavuli e a segurança dos jornalistas na República Democrática do Congo; 23 de Agosto de 2021.
39. Comunicado à Imprensa sobre a comemoração do Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados; 30 de Agosto de 2021.
40. Declaração da CADHP na sequência dos acontecimentos de 5 de Setembro de 2021 na República da Guiné; 6 de Setembro de 2021.
41. Comunicado à Imprensa sobre os recentes ataques contra as populações civis em Ituri, República Democrática do Congo; 9 de Setembro de 2021.
42. Declaração por ocasião do Dia Global de Acção em Prol do Aborto Seguro e Legal; 28 de Setembro de 2021.
43. Declaração sobre a Celebração da 31ª Edição do Dia Internacional das Pessoas Idosas (JIPA); 1 de Outubro de 2021.

44. Comunicado à Imprensa a propósito do Seminário de Peritos Estratégicos sobre a Concepção de Procedimentos Normativos Habituais para o Mecanismo de Alerta e Prestação de Informações à CADHP relativamente a Situações de Tortura e Actos Afins, a decorrer em Zanzibar, Tanzânia, de 6 a 7 de Outubro de 2021; 5 de Outubro de 2021.
45. Declaração sobre o Dia Mundial contra a Pena de Morte; 10 de Outubro de 2021.
46. Declaração por ocasião da comemoração do Dia Internacional das Mulheres Rurais; 15 de Outubro de 2021.
47. Declaração à Imprensa sobre os Recentes Ataques Aéreos na Região de Tigray, República Federal Democrática da Etiópia; 24 de Outubro de 2021.
48. Declaração à Imprensa sobre a situação dos direitos humanos no Reino de Eswatini; 25 de Outubro de 2021.
49. Declaração da CADHP na sequência do golpe de Estado na República do Sudão em 25 de Outubro de 2021; 28 de Outubro de 2021.
50. Comunicado à Imprensa relativo ao Seminário de Validação das Directrizes sobre a Protecção de todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados em África, a decorrer em Banjul, Gâmbia, de 5 a 6 de Novembro de 2021; 4 de Novembro de 2021.
51. Comunicado à Imprensa referente ao Seminário Continental de Alto Nível sobre o Direito à Saúde e Protecção Social em África e Consulta Regional sobre a Restauração do Espaço Cívico para melhoria da protecção dos Direitos Humanos em África, em Dakar, Senegal, 8 - 10 de Dezembro de 2021; 8 de Novembro de 2021.
52. Comunicado à Imprensa sobre a Eleição da nova Mesa da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; 20 de Novembro de 2021.
53. Declaração sobre a deterioração da situação dos direitos humanos na República do Sudão na sequência do golpe de Estado de 25 de Outubro de 2021; 26 de Novembro de 2021.
54. Comunicado à Imprensa sobre a Celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiências; 3 de Dezembro de 2021.
55. Comunicado à Imprensa sobre a matança de pessoas deslocadas internamente na região oriental da República Democrática do Congo; 5 de Dezembro de 2021.

**PROJECTO**  
**DECISÃO SOBRE OS 50º E 51º RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES CONJUNTOS DA**  
**COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS**  
**Doc.EX.CL/1325(XL)**

**O Conselho Executivo,**

1. **TOMA NOTA** dos quinquagésimo (50º) e quinquagésimo primeiro (51º) Relatórios de Actividades Conjuntos da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP);
2. **EXPRESSA** o seu apreço à CADHP pelos esforços que envidou durante o período em referência para promover e proteger os direitos humanos no continente, em particular no contexto da pandemia da Covid-19;
3. **SAÚDA** as comemorações do 40º Aniversário da adopção da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta Africana), subordinadas ao tema: "Realidades de 40 anos de aplicação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o itinerário rumo à África que Queremos", comemorações essas realizadas ao longo do ano de 2021, envolvendo vários intervenientes e entidades de relevo que trabalham na promoção e protecção dos direitos humanos;
4. **REITERA O SEU APELO** aos Estados membros que ainda não o tenham feito, a ratificar os pertinentes instrumentos de direitos humanos da União Africana (UA), incluindo a Carta Africana, a Convenção da União Africana para a Protecção e Assistência a Pessoas Deslocadas Internamente em África (Convenção de Kampala); os Protocolos anexos à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos que tratam dos Direitos das Mulheres em África (Protocolo de Maputo), dos Direitos das Pessoas Idosas em África, e dos Direitos das Pessoas com Deficiências em África;
5. **LOUVA** os Estados partes da Carta Africana (Estados partes) que estão em dia com os seus deveres de apresentação de relatórios, e **ENCORAJA** os Estados partes que não tenham apresentado quaisquer relatórios, nomeadamente: Comores, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Somália e Sudão do Sul, bem como os que tenham mais de três relatórios periódicos em atraso, a proceder à apresentação dos mesmos em conformidade com o artigo 62º da Carta Africana, o artigo 26º do Protocolo de Maputo e o artigo 14º da Convenção de Kampala;
6. **APELA URGENTEMENTE** aos Estados partes para apoiarem os processos de adopção da Proposta de Protocolo anexo à Carta Africana sobre a Abolição da Pena de Morte em África, da Proposta de Protocolo anexo à Carta Africana sobre os Direitos dos Cidadãos à Protecção Social e à Segurança Social, e da Proposta

de Protocolo anexo à Carta Africana sobre Aspectos Específicos do Direito à Nacionalidade e à Erradicação da Apatridia em África;

7. **APELA** aos Estados partes para cumprirem os pedidos de aplicação de Medidas Cautelares emitidos pelo CADHP, e **ENCORAJA** os Estados a aplicarem também as decisões da CADHP sobre Queixas de que sejam parte, bem como as recomendações feitas na sequência da realização de Missões de Promoção e da apresentação de Relatórios Periódicos, e a informarem a CADHP das medidas tomadas para a execução de tais recomendações e decisões em conformidade com o artigo 112º do Regulamento Interno da CADHP de 2010 e o artigo 114º do Regulamento Processual da CADHP de 2020;
8. **SAÚDA** a confirmação feita pela República do Ruanda de que acolherá uma sessão ordinária da CADHP quando as condições sanitárias o permitirem, e **APELA** aos Estados membros, em particular os que ainda não o tenham feito, para considerarem o acolhimento de uma das sessões da CADHP;
9. **REITERA O SEU APELO** à CADHP para aplicar as Decisões do Conselho Executivo: a) EX.CL/Dec.995(XXXII), relativa à revisão da estrutura da CADHP de forma a que a sua composição e organograma, bem como a expansão das suas actividades ao longo dos anos conformem com o mandato que lhe foi conferido; b) EX.CL/Dec.1045(XXXIV) que institucionaliza um Retiro Conjunto anual do CRP e da CADHP; e c) EX.CL/Dec.1126(XXXIX) sobre questões de governação da Comissão;
10. **REITERA O APELO** por si feito à CUA para trabalhar conjuntamente com a CADHP e o Governo da Gâmbia, tendo em vista a aplicação das **Decisões EX.CL/Dec.1045(XXXIV) e EX.CL/Dec. 1080(XXXVI) do Conselho Executivo** que prevêem a criação de um Fundo Especial destinado a mobilizar recursos e a realizar outras acções concretas que se afigurem necessárias, incluindo o lançamento da primeira pedra da construção da sede permanente da CADHP;
11. **LOUVA** a CUA e o R10 por viabilizarem e apoiarem o recrutamento de funcionários cruciais da CADHP, em conformidade com a **Decisão EX.CL/DEC.1097(XXXVII)**;
12. **AUTORIZA** a publicação dos 50º e 51º Relatórios de Actividades Conjuntos da CADHP e a esse respeito **SOLICITA** aos Estados partes, se assim o desejarem, que apresentem, no prazo de catorze (14) dias a contar da data de encerramento da Sessão do Conselho Executivo em que a presente decisão for adoptada, observações por escrito sobre tais relatórios, as quais serão a estes apensadas aquando da sua publicação.



AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

---

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

---

2022-01-20

# Report of the African Court on Human and Peoples' Rights (AFCHPR)

African Union

DCMP

---

<https://archives.au.int/handle/123456789/10390>

*Downloaded from African Union Common Repository*